

*Paulo Bruno Rodrigues*  
*P. B. R.*

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM  
VINTE E UM DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSETE**

--- Aos vinte e um dias de abril de dois mil e dezassete reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, estando ainda presentes Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves e Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, como Primeira e Segunda Secretárias, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

--- **Grupo Municipal Mudança** - António José Gouveia Gomes (PS), Carlos Alejandro da Câmara Figueira (PTP), Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS), Guida Maria Barcelos Martins (PS), Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS), José Gabriel Pereira Oliveira (PS), José Juvenal Nunes Rodrigues (PS), José Luís Gouveia Sargo (PS), Manuel Nélio Vicente Pereira (PS), Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS), Pedro Filipe da Silva Marques (BE), Roberto Paulo Ferreira Vieira (MPT), Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS) e Sílvia Maria Mota Marques Ferreira (PAN). -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Américo João da Silva Dias, Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e José Maria Abreu Barros. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Herlanda Maria Gouveia Amado, Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues e José Carlos Rodrigues Ferreira. -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, Carlos Alberto Rodrigues, Carlos Miguel Encarnação Gonçalves, Duarte Paulo Quintal Pereira, José Jorge A. Camacho, Lívio Rómulo Soares Coelho, Luís Miguel Moura de Sousa, Marco Alexandre R. P. Fernandes, Maria Elisabete Mendonça Andrade, Maria Idalina Fernandes Silva, Marisa Maria P. Santos e Costa, Raquel João Martins da Silva, Robert Miguel Andrade de Castro, Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira, Rui Alberto Garanito Santos e Sílvia Marlene Pereira Rodrigues.-----

--- **INDEPENDENTES** – Ana Patrícia da Silva Oliveira, Donato Paulo Vares Macedo e Eduardo Pedro Welsh.-----

--- **DEPUTADOS AUSENTES E NÃO SUBSTITUIDOS:** Filomena Maria Teixeira Gonçalves, (CDS-PP).-----

--- **VEREADORES AUSENTES** – Bruno Miguel Camacho Pereira, João José Nascimento Rodrigues do PPD/PSD, e José Manuel Sousa Rodrigues do CDS-PP.-----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos Senhores Vereadores: Idalina Perestrelo Luís, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Domingos Manuel Martins Rodrigues, Énio Dionísio Vieira Martins, João José Sales F. Correia e Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus.-----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal.-----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente:-----

**1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO:**-----

**1.1. A Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho,** deputada municipal do GMM, eleita pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituída por Sérgio Juvenal Jesus Abreu.-----

**1.2. O Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu,** deputado municipal eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Carlos Miguel Encarnação Gonçalves.-----

**1.3. O Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira,** Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, eleito pelo GMM, indicado pelo PS, comunicou a sua ausência, sendo substituído por José Luís Gouveia Sargo.-----

*Paulo Beltr*  
*A. /*

**1.4. O Deputado Municipal Carlos Alberto de Freitas de Andrade**, deputado municipal eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência, sendo substituído por Sílvia Marlene Pereira Rodrigues. -----

**1.5. O Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes**, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Robert Miguel Andrade de Castro, Vogal da referida Junta. -----

**1.6. A Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins**, deputada municipal do GMM, eleita pelo BE, comunicou a sua ausência sendo substituída por Pedro Filipe da Silva Marques. -----

**1.7. O Deputado Municipal José António Freitas Rodrigues**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, eleito pelo PPD/PSD comunicou a sua ausência, sendo substituído por Duarte Paulo Quintal Pereira. -----

**1.8. O Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes da Silva**, deputado municipal eleito pelo PCP/PEV-CDU, comunicou a sua ausência, sendo substituído por José Carlos Rodrigues Ferreira. -----

**1.9. O Vereador Artur Alberto Fernandes Andrade**, eleito pelo PCP/PEV-CDU, comunicou a sua ausência sendo substituído por Énio Dionísio Vieira Martins. -----

**2. PEDIDOS DE SUSPENSÃO:** -----

**2.1. Lino Ricardo Silva Abreu e Maria João Ramos de Freitas Araújo de Sousa Tomás Freitas**, eleitos pelo CDS-PP, solicitaram a suspensão do mandato pelo período de três meses, sendo substituídos por José Maria Abreu Barros. -----

**3. O Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a **Ata da Sessão Ordinária de vinte e quatro de fevereiro do corrente ano**, sendo a mesma **aprovada por maioria**, com trinta e sete votos a favor sendo dezasseis do GMM, onze do PPD/PSD, quatro do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU, três dos Deputados Independentes e duas abstenções

do PPD/PSD. -----

#### **4. EXPEDIENTE:** -----

##### **4.1. Convites enviados ao Presidente da Assembleia:** -----

- O General Chefe do Estado-Maior do Exército e o Major-General Comandante da Zona Militar da Madeira enviaram um convite para a Cerimónia Militar de imposição da condecoração no Estandarte Nacional do Regimento de Guarnição Nº 3 (RG3), que teve lugar no dia dezassete de março de dois mil e dezassete. -----

- A Câmara Municipal do Funchal enviou os seguintes convites: -----

- Lançamento da primeira pedra do Conjunto Habitacional dos Viveiros, que teve lugar no dia vinte e oito de março de dois mil e dezassete. -----
- Inauguração da Loja do Múncipe, que teve lugar no dia vinte e oito de março de dois mil e dezassete. -----
- Inauguração da Exposição com o tema: "Cristiano Ronaldo; Caricatura e Imprensa Mundial", que teve lugar no dia vinte e oito de março de dois mil e dezassete. -----

- Integrado nas Comemorações do 43º Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974: -

- Inauguração da exposição fotográfica "Os Rapazes dos Tanques", do fotógrafo Alfredo Cunha, que se realizará no dia vinte e um de abril de dois mil e dezassete. -
- Lançamento do livro "Os Rapazes dos Tanques", dos autores Adelino Gomes e Alfredo Cunha, que se realizará no dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezassete.
- Hastear das Bandeiras na Praça do Município e Sessão Solene no dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezassete. -----

- Participação na Procissão e Missa em honra de S. Tiago Menor, Padroeiro da Cidade do Funchal, que se realizará no dia um de maio de dois mil e dezassete. -----

#### **5. Pedidos de intervenção reencaminhados à CMF:** -----

**5.1.** Do Deputado Independente Donato Paulo Vares Macedo, pedido de informação sobre

Paulo Beltrão  
A. J.

o cartão FUNCHAL-Card. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que deram entrada no serviço administrativo da Assembleia os seguintes Votos: -----

- Do Grupo Municipal do CDS-PP, um Voto de Protesto intitulado "Desrespeito pelos órgãos de governo próprio". -----

- Do Grupo Municipal do PPD/PSD, um Voto de Pesar pelo Falecimento do Engenheiro Francisco Assis Correia e um Voto de Protesto intitulado "A Falsa Finalista". -----

- Do Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU, um Voto de Saudação ao 43º aniversário da Revolução de Abril e ao 1º de Maio – Dia do Trabalhador. -----

Neste sentido e de acordo com o que ficou articulado na reunião de Líderes, as primeiras inscrições serão dos grupos que entregaram as propostas de voto, seguindo-se depois as inscrições dos Senhores Deputados para abordarem os assuntos que entenderem pertinentes. -----

- **INSCRIÇÕES:** -----

**1 - O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP** apresentou o Voto de Protesto "Desrespeito pelos órgãos de governo próprio", que se transcreve: "O Grupo Municipal do CDS-PP na Assembleia Municipal do Funchal lamenta os atropelos aos órgãos de governo próprio que se verificaram durante a visita que o Primeiro-ministro António Costa realizou à Madeira, nos dias 28 e 29 de março. -----

Na opinião pública madeirense, ficou a ideia de que a visita do Primeiro-ministro foi apenas para cumprir uma agenda política da Câmara Municipal do Funchal, com contornos que configuram a ausência do respeito institucional que é devido pelos altos dignatários dos principais cargos de poder às populações, que elegem democraticamente os seus legítimos representantes. -----

A ausência dos atos públicos dos eleitos pelos partidos com representação na Assembleia Legislativa da Madeira e das figuras representativas dos órgãos de governo próprio representam uma situação sem precedentes, e um prenúncio da qualidade da democracia que é praticada por alguns representantes do poder autárquico e central. -----

Para o Grupo Municipal do CDS-PP não faltam evidências de que o comportamento, quer da Câmara Municipal do Funchal, quer do Gabinete do Primeiro-ministro, são reveladores de que há uma agenda política que vai muito para além das próximas eleições autárquicas e se projeta na preparação de um candidato socialista à Presidência do Governo Regional em 2019, imposto por Lisboa aos madeirenses. -----

O desrespeito por 40 anos de autonomia, por todos os madeirenses e pelos que foram eleitos não podem passar assim impunes, porque apenas aos funchalenses, de um modo particular, e a todos os madeirenses, de uma forma geral, cumpre-lhes o direito de escolha dos seus legítimos representantes ou candidatos aos órgãos de poder, sejam no plano autárquico, regional ou nacional. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal aprova um voto de protesto pela falta de respeito para com os órgãos de governo próprio da Região Autónoma da Madeira, consubstanciada na ausência dos atos públicos promovidos pela Câmara Municipal do Funchal, durante a visita do Senhor Primeiro-ministro ao Funchal, no dia 28 de março de 2017.” -----

**2 – A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, do PPD/PSD** apresentou as propostas que se transcrevem: -----

**- Voto de Pesar pelo falecimento do Engenheiro Francisco Assis Correia** - “Francisco Assis Correia, nascido nesta cidade a 4 de outubro de 1927, foi uma figura proeminente da nossa sociedade tendo desempenhado diversos cargos públicos de entre os quais se destacam o de primeiro diretor da então Delegação da Madeira da RTP e o de Vice-presidente da Câmara Municipal do Funchal. -----

Paulo Bettencourt  
A. S.

Não menos importante, integrou a comissão instaladora da então Zona Franca da Madeira. Deixa um legado importante com a sua intervenção através da implementação e do desenvolvimento de muitas instituições que constituem um marco na nossa economia e na nossa autonomia. -----

Deste modo, e considerando o seu elevado sentido de cidadania e de dedicação na via profissional em prol do desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, a Assembleia Municipal do Funchal aprova um Voto de Pesar pelo falecimento do Engenheiro Francisco Assis Correia, endereçando as mais profundas e sinceras condolências à sua família e amigos.” -----

- **Voto de Protesto – “A Falsa Finalista”** – “O Grupo Municipal do PSD-Madeira na Assembleia Municipal do Funchal, consciente das potencialidades que esta cidade tem para conquistar galardões, vem expressar o seu repúdio perante a deturpação feita pelo executivo camarário, na pessoa do seu Presidente, em relação à candidatura da cidade do Funchal ao prémio “Capital Verde Europeia 2019”. -----

Assim, importa salientar que esta cidade foi apenas uma candidata a este prémio, a par de outras 13 cidades, onde também estava incluída Lisboa. -----

No passado dia 5 de abril, e após a análise das respetivas candidaturas, foi anunciada a lista que contém as 5 cidades finalistas a este prémio, não estando a cidade do Funchal lá contemplada. -----

Talvez porque os 12 indicadores de avaliação exigiam padrões de excelência e de resposta que, neste momento, a cidade do Funchal não consegue oferecer e nem garantir, fruto, por exemplo, da incapacidade de gestão da rede de abastecimento de água potável com perdas na ordem dos 60%, ou talvez da fraca gestão de resíduos ou da ausência de uma estratégia urbana em relação aos espaços verdes, facilmente suprida através do PDM, cuja revisão não vê a luz do dia por estar dependente da agenda particular do Presidente da Câmara. -

A verdade é esta: a cidade do Funchal nunca foi finalista deste prémio! Houve sim um aproveitamento político relativamente ao desconhecimento que a maioria das pessoas tem em relação a este, e a outros assuntos, para retirar dividendos de uma falsa notícia, arquitetada para encobrir a incapacidade que esta Câmara tem para cumprir metas. -----

E como se não bastasse a ilusão criada à população do Funchal, vende-se a mentira ao Tribuna da Madeira, à Ambiente Magazine e à Essential Madeira, rematando com uma publicação no site da Câmara, alterando factos que constam da página da Comissão Europeia. Ludibria-se a população e ludibria-se a comunicação social. -----

Afinal a nobre cidade do Funchal é uma falsa finalista e mais uma vez o que se quis foi, através da mentira, criar uma cortina de fumo que permita alimentar a maquilhada gestão camarária. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal aprova um voto de protesto pela notícia veiculada pelo executivo camarário quanto ao prémio “Cidade Verde Europeia 2019”, consubstanciada na mentira de que a cidade do Funchal é uma das finalistas ao referido galardão.” -----

**3 - O Senhor Deputado Municipal Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues, do PCP/PEV-CDU** apresentou o Voto de Saudação ao 43º aniversário da Revolução de Abril e ao 1º de Maio – Dia do Trabalhador, que se reproduz: “A Revolução de Abril foi um marco histórico para o Povo Português que garantiu a implementação de um regime democrático em Portugal, bem como a autonomia às Regiões Insulares e um Poder Local Democrático ligado às populações. Se foi importante a intervenção militar a 25 de Abril de 1974 para derrubar o regime fascista, também não foi menos importante a intervenção dos Trabalhadores e do Povo no 1º de Maio de 1974, nas comemorações do Dia do Trabalhador, para garantir os direitos democráticos sociais e laborais consagrados na Constituição da República Portuguesa. -----



*Carlebebe*  
*J. J.*

Estas duas datas têm uma enorme importância pelo que representam a nível de Liberdade, Democracia e Progresso. Comemorar o 25 de Abril e o 1º de Maio não é apenas invocar as lutas passadas, mas sim garantir no presente as conquistas alcançadas e lutar para a melhoria das condições de vida no futuro. -----

Hoje vivemos num País assolado por graves flagelos, como o desemprego, a precariedade laboral, os baixos salários, situações que arrasta milhares de Portugueses e, de um modo particular os Madeirenses, para a pobreza e a exclusão social. -----

Ao longo das últimas décadas, os sucessivos governos, tanto na República como na Região, através das suas políticas, puseram em causa direitos constitucionais que potenciaram o aumento da pobreza e da exclusão social. -----

O combate ao flagelo da pobreza e da exclusão social não se faz através da caridade, mas sim através da garantia de direitos como a reivindicação de justas remunerações e a garantia das Funções Sociais do Estado. -----

Vivemos num país onde 40% dos pobres são trabalhadores, ou seja, auferem um rendimento familiar que os coloca abaixo do limiar da pobreza. -----

Comemorar Abril e o Dia do Trabalhador é elevar a luta contra esta realidade e dar seguimento a um rumo de reposição de direitos. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal, reunida a 21 de abril de 2017, manifesta o seu apoio à justa luta dos Trabalhadores e do Povo quer por mais e melhores condições de vida e de trabalho, quer pela garantia de cumprimento dos direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa, saudando assim quer o 43º aniversário da Revolução de Abril quer o 1º de Maio – Dia do Trabalhador.” -----

**4 - O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMM** manifestou-se sobre o voto de protesto do Grupo Municipal do PPD/PSD dizendo o seguinte: “Este voto de protesto “A Falsa Finalista” é ridículo, tem um forte odor a ressabiamento político e

apenas se justifica por estarmos próximo de uma campanha eleitoral. -----

Acho que faria mais sentido um voto de protesto na Assembleia Legislativa Regional por "Falsas Promessas do Governo Regional". -----

Este é um voto com falso desconhecimento de causa! -----

Para informação dos (as) Senhores (as) Deputados (as), a Câmara Municipal do Funchal candidatou-se ao Galardão Capital Verde Europeia 2019, entre todos os Municípios europeus com mais de 100 mil habitantes, ficou nos primeiros 14 e só não conseguiu ser selecionada para os últimos 5 finalistas. -----

Acho que isto não merece um voto de protesto e só pode ser enaltecido. -----

Este Galardão já existe desde 2010, mas a Câmara de Miguel Albuquerque nunca se candidatou. Porquê? -----

Porque nunca fizeram nada por esta Cidade e certamente nunca seriam selecionados para os melhores 14 municípios. -----

É vergonhoso que o PSD, nesta Assembleia Municipal, na Assembleia Legislativa Regional e publicamente, tente denegrir o trabalho e a imagem do nosso Município só porque ainda não conseguiram digerir a derrota das Autárquicas de 2013. -----

Este voto tem o nosso repúdio e por isso votaremos contra." -----

**5 - A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**

fez a seguinte intervenção em relação aos votos que ali foram apresentados: -----

- Embora reconheçam a legitimidade que qualquer partido tem para apresentar seja que documento for naquela Assembleia Municipal, o **Voto de Protesto** intitulado "**Desrespeito pelos órgãos de governo próprio**" apresentado pelo CDS-PP, parece-lhes descabido pois o articulado do mesmo indicia alguma ingerência naquilo que é a vida interna dos partidos, bem como pelas questões levantadas sobre a ausência dos órgãos de governo próprio nos atos oficiais por ocasião da visita do Primeiro-ministro, António Costa, à Região,

Paulo Barros  
V. P.

porque o Poder Local tem o seu próprio direito que não pode ser confundido com os órgãos do Poder Regional. Como tal, irão votar contra. -----

- Em relação ao **Voto de Pesar pelo falecimento do Engenheiro Francisco Assis Correia**, apresentado pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, irão votar favoravelmente. -----

- Sobre o **Voto de Protesto** também apresentado pelo PPD/PSD, "**A Falsa Finalista**", questionou a Senhora Vice-presidente e Vereadora com a responsabilidade daquele Pelouro se poderá ter havido algum erro na notícia sobre aquele prémio? E se há algum prémio que não tenha sido divulgado? -----

**6 - A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, do PPD/PSD** aderindo ao que a Senhora Deputada Herlanda Amado questionou, gostariam de efetivamente apurar quem está a dizer a verdade: -----

- Se é a Comissão Europeia na sua página da Internet, que fala em vinte e oito candidaturas distribuídas por dois prémios, catorze candidaturas para o prémio "Capital Verde Europeia 2019" onde se inclui a candidatura aceite daquela Câmara, e outras catorze para outro prémio; -----

- Ou se é um lapso de toda a comunicação social, inclusive do site da Câmara onde noticia o facto de a Câmara ser finalista. -----

Depois, tendo em conta a intervenção do Senhor Deputado Juvenal Rodrigues, aditou que aquela questão não tem nada a ver com o que o Governo Regional faz ou deixa de fazer, nem com a apreciação e discussão dos Deputados na Assembleia Legislativa Regional que apreciam as questões do interesse Regional, tal como os Deputados Municipais discutem e apreciam as questões do interesse Municipal. -----

Por fim, acrescentou que continuarem a falar do passado só justifica a inoperância atual, embora admitam que isso também faz parte porque é retórica política. -----

**7 - O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, Independente** sobre os

votos de protesto apresentados, atentou ser um pouco de perda de tempo, porque isso insere-se numa estratégia daquele Executivo, já destes conhecida e que certamente ainda irá incrementar-se até a aproximação das próximas Eleições. -----

Por isso, questionou se ao longo dos meses que antecedem as Eleições Autárquicas, finalmente vai haver algum trabalho de finalização dos tapetes betuminosos das estradas?

**8 - O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, GMM** começou por expressar o seu voto de solidariedade ao Grupo Municipal do PPD/PSD e aos seus Vereadores, porque aqueles têm sido substituídos, por ordem da Quinta Vigia, por outros elementos que não foram eleitos nas Eleições Autárquicas de vinte e nove de setembro de dois mil e treze, nas últimas conferências de imprensa que o PPD/PSD tem realizado sobre questões municipais. -----

Referindo-se aos Votos de Protesto, quer do CDS-PP, quer do PPD/PSD, disse julgar tratar-se de um voto de protesto por o Governo Regional da Madeira não devolver os cinco milhões de euros do IRS que retém, do Município do Funchal, ou dos dois vírgula oito milhões de euros referentes a uma expropriação feita pelo anterior Presidente do Governo Regional e que também ainda não foram ressarcidos àquela Autarquia. -----

Porém, o Voto de Protesto do PPD/PSD referia-se à questão da Cidade do Funchal ser finalista de um prémio, que na realidade se confirma e que respeita todas as regras, pelo que possivelmente terá havido algum lapso de interpretação linguística. -----

Sobre o Voto de Protesto do CDS-PP, disse que o mesmo veio defender aquele Executivo porque veio relembrar que no dia vinte e oito de março foi inaugurada a Loja do Município e que deram início à realização de uma promessa de dois mil e treze, com o lançamento da primeira pedra que dará prelúdio ao Programa do Amianto Zero. -----

Por isso, aquele Executivo e aquela Câmara trouxe acima de tudo a liberdade e o futuro à Cidade do Funchal. -----

Carlos Alberto  
Rodrigues

**9 - O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS-PP** começou por dizer que não concorda com o que foi dito sobre os Votos de Protesto apresentados, porque os mesmos estão consignados no Regimento, é uma prerrogativa de todos (as) os (as) Deputados (as) Municipais e são questões que têm a sua propriedade e a sua razão de ser. -----

Tal como a questão da rede viária ter razão de ser mencionada, porque para além de já ter sido referida na Sessão anterior, passados quase quatro anos continua cada vez pior e só nos últimos seis meses de mandato é que se irá fazer alguma intervenção. -----

Em relação ao Voto de Protesto "A Falsa Finalista" e à intervenção do Senhor Deputado Juvenal Rodrigues sobre o mesmo, não percebeu o que é que aquele quis dizer quando referiu que a Câmara Municipal do Funchal se candidatou a todos os Municípios da Europa, e o que deveria de figurar no site da Autarquia e transparecer para a comunicação social, é que houve um concurso da "Capital Verde Europeia 2019", a que aquela concorreu mas que não passou à fase final. -----

Daí aquele Voto de Protesto ter toda a propriedade e toda a razão de ser, pelo que aquela questão devia de ser retificada dizendo que não são finalistas à referida candidatura. -----

Por último, referindo-se à apreciação do PCP/PEV-CDU sobre o Voto de Protesto apresentado pela sua bancada, disse que aqueles parecem concordar com tudo o que o Senhor Primeiro-ministro faz, o que se calhar tem a ver com a "geringonça". -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU** interpelou a Mesa para dizer ao Senhor Deputado Américo Dias que ouça a gravação daquela Sessão para perceber aquilo que disse. -----

**10 - O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** começou por dizer que antevia uma Assembleia Municipal com as dificuldades inerentes àquelas que decorrem do debate político, e que o Senhor Deputado Sérgio Abreu veio facilitar-lhe esse

trabalho no que diz respeito à dialética e à retórica parlamentar. -----

Por isso, iniciou a sua intervenção com o voto de solidariedade que aquele Senhor Deputado estendeu aos eleitos à Assembleia Municipal e à Vereação pelo PPD/PSD, dizendo que os Vereadores daquele Partido sempre estiveram disponíveis para prestar declarações, mas que em muitas das vezes que as tentaram prestar, não foram ouvidos ou foram sonegados pelos órgãos de comunicação social. -----

Alertou ainda o Senhor Deputado Sérgio Abreu para que o mesmo esteja também atento a um outro meio de comunicação, que são as redes sociais, em que numa conferência de imprensa, dois dos presentes que lá estavam são Deputados naquela Assembleia, e foram adjetivados pelo Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara e Ex-presidente da Concelhia do Partido Socialista no Funchal, de “Tótós”, o que vindo principalmente de um alto dirigente de um partido político, não lhe parece bem. -----

Continuando e referindo-se à intervenção do já referido Senhor Deputado Municipal sobre o Voto de Protesto do PPD/PSD, clarificou-o: -----

- Nos textos oficiais da Comissão Europeia diz que as cidades que quiserem podem apresentar candidatura ao Prémio “Capital Verde Europeia 2019” e o Funchal, como outras catorze cidades, legitimamente o fizeram, tornando-se *applicant*, que quer dizer candidato e não finalista, numa *short list* que será criada em abril para as candidaturas que foram aceites para serem finalistas. -----

- Porém, entre a apresentação da candidatura e a criação da lista das cidades finalistas, a Câmara do Funchal comunicou na sua página que é uma das catorze **finalistas** e não que é uma das catorze **candidatas**. -----

Daí a origem daquele voto de protesto porque consideram que é uma tentativa de enganar aqueles que leem aquela notícia. -----

E aproveitando o ensejo questionou sobre o que é que aconteceu às seguintes

Paulo Bettus  
F. S.

candidaturas: *A Capital Jovem Europeia* e *A Capital do Desporto Europeia*? -----

Porque essas foram prometidas e não apareceu nenhuma menção a dizer que são finalistas ou candidatos, sequer. -----

Depois referindo-se à Loja do Município, que o Senhor Deputado Sérgio apregoou como um grande investimento e uma grande bandeira daquela Câmara Municipal, questionou-o e à Vereação, se concorda que num edifício de interesse histórico como aquele, onde a mesma se situa, a sua cantaria com dezenas de anos seja conspurcada com uma sinalética de acrílico, que lá não estava no dia da inauguração? -----

Depois referiu que enquanto município, já teve oportunidade de beneficiar dos serviços daquela Loja e que o interior da mesma está agradável. -----

Terminou dizendo que acha impressionante convidar um Primeiro-ministro para lançar uma primeira pedra e inaugurar a instalação de uma lona, e que isso é o que vai ficar como o trabalho que aquele Executivo desenvolveu pela cidade do Funchal. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** começou por associar-se ao Voto de Pesar do Engenheiro Francisco Assis Correia, apresentado pelo Grupo Municipal do PPD/PSD e enalteceu também o Voto de Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio apresentado pelo Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU, no momento que se aproxima a comemoração daqueles dois eventos, porque foram conquistas que nunca é demais lembrar e que na verdade se devem fazer todos os dias e não só como de uma mera efeméride se tratasse. Sobre os Votos de Protesto ali apresentados disse não estar nada de acordo com os mesmos e começou por expressar-se sobre o Voto de Protesto apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP, dizendo não estar de acordo nem com o título nem com o conteúdo. Porque é preciso ter em consideração aquilo que são as competências dos órgãos de Poder Local. E não foi posto em causa, seja pelo Protocolo do Governo da República, ou seja pela parte da Câmara Municipal do Funchal, algum atropelo à lei de Protocolo de Estado. -----

Aferiu também que o Governo Regional, na pessoa do Senhor Secretário Regional das Finanças e da Senhora Presidente do IDR, foram convidados e tiveram a delicadeza de dizer que não estariam presentes, e os seus motivos, neste caso, só àquelas entidades dizem respeito. Quanto ao Voto de Protesto do Grupo Municipal do PPD/PSD relativamente à Capital Verde Europeia 2019, apresentado pelo Senhor Deputado Carlos Rodrigues, referiu que o mesmo foi claro na sua intervenção, tal como o Executivo foi claro naquilo que foi dito publicamente relativamente àquele prémio. -----

Contudo, com toda a honestidade e toda a frontalidade, quis complementar aqueles que foram os esclarecimentos do Senhor Deputado Carlos Rodrigues, dizendo que embora os parâmetros que compõem aquele prémio sejam muito exigentes, em abril de dois mil e dezasseis, decidiram candidatar-se ao mesmo, porque avalizaram que aquele prémio seria muito aliciante para a Cidade do Funchal. -----

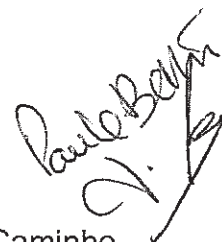
Também sempre disseram que o mesmo seria constituído por várias fases, pelo que no momento está na fase da seleção como finalista, e embora possa ser uma questão de semântica, a verdade é que o Funchal foi selecionado e é finalista, numa lista de catorze cidades, para análise. -----

Depois, como o já reconheceram, passado um ano após a candidatura, em abril do ano em curso, tiveram conhecimento que entre as cinco cidades selecionadas, o Funchal não passou à última fase. -----

Portanto, do seu ponto de vista o processo em termos de toda a metodologia e das regras que compõem aquele prémio, está exposto no site daquela Autarquia, de uma forma frontal, clara e esclarecedora, com links para a Comissão Europeia. -----

Sobre a questão das pavimentações levantada pelos Senhores Deputados Municipais Donato Macedo e Américo Dias, disse que deve de haver falta de conhecimento por parte dos mesmos relativamente àquilo que tem sido um trabalho feito desde o início do mandato,





que começou com a primeira grande pavimentação do Poço Barral seguindo-se o Caminho da Fé, a Barreira, Vasco Gil, Três Paus a Viana, Trapiche, Santa Quitéria, Caminho do Pilar, Rua do Matadouro e o Curral Velho. -----

Portanto, não podem dizer que só estão a trabalhar por faltarem seis meses para as Eleições Autárquicas, pois parece ser condenável governarem a cidade até ao final do mandato, sendo essa uma premissa que não aceita. -----

Como tal, até ao dia em que estiverem em funções, irão governar a Cidade como estão legitimados e a Cidade não parará só porque há Eleições. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS-PP** solicitou um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** retorquiu que aquela bancada já esgotou o tempo de intervenção. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS-PP** contrapôs que apesar de já ter esgotado o tempo, os Deputados Municipais têm direito a pedir o uso da palavra para pedir explicações ou esclarecimentos. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que efetivamente isso está refletido no Regimento, mas terão de fazê-lo dentro do tempo que está previsto na discussão de cada ponto. -----

Assim, sugeriu que no ponto da apreciação do Plano de Atividades da Câmara, coloque à Vereação as dúvidas e esclarecimentos que pretender. -----

De seguida passou à votação dos Votos que deram entrada na Mesa: -----

--- **Votação do Voto de Protesto “Desrespeito pelos órgãos de Governo próprio”,** apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP: **Aprovado por maioria** com vinte votos a favor, sendo quinze do PPD/PSD, três do CDS-PP, dois dos Deputados Independentes, dezanove votos contra, sendo dezasseis do GMM, três do PCP/PEV-CDU e duas

abstenções sendo uma do CDS-PP e uma de um Deputado Independente. -----

--- **Votação do Voto de Pesar pelo falecimento do Engenheiro Francisco Assis Correia**, proposto pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: **Aprovado por unanimidade** com quarenta votos a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, quatro do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

--- **Votação do Voto de Protesto “A Falsa Finalista”**, apresentado pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: **Aprovado por maioria** com vinte e um votos a favor, sendo catorze do PPD/PSD, quatro do CDS-PP, três dos Deputados Independentes, dezasseis votos contra do GMM e três abstenções do PCP/PEV-CDU. -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

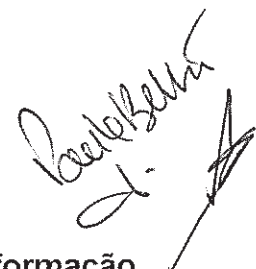
**1 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** disse que aquela declaração é para informar que vão entregar à Mesa toda a documentação oficial que atesta, comprova e dá toda a razão à apresentação daquele Voto de Protesto, para juntar à Ata daquela sessão ordinária. -----

Porque independentemente da interpretação que foi aduzida pelo Senhor Presidente da Câmara, baseada numa notícia de jornal, não existem mais fases para a atribuição daquele Prémio, pois só existe uma fase de candidatura, uma fase de nomeação de finalistas e a atribuição do prémio. -----

--- **Votação do Voto de Saudação ao 43º aniversário da Revolução de Abril e ao 1º de Maio – Dia do Trabalhador**, apresentado pelo Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU: **Aprovado por unanimidade** com quarenta e um votos a favor, sendo dezasseis do GMM, quinze do PPD/PSD, quatro do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

#### -----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

--- Entrando no período da ordem do dia, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a



palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município em observância do disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, começando este por se referir às seguintes obras municipais: -----

- Repavimentações de quinze arruamentos que já foram adjudicadas, no valor de seiscentos mil euros, que passamos a citar: Lombo dos Aguiares, Laranjal Pequeno, Lombo do Jamboeiro, Caminho do Terraço, Caminho do Galeão, Caminho da Alegria, Caminho da Terça, Caminho da Barreira – Encruzilhada, Caminho de Santo Amaro, Caminho da Igreja em Santo António, Estrada da Fundoa entre o encontro e a rotunda, Estrada Monumental entre o Lido e o Ribeiro Seco, Caminho do Lazareto e Caminho de São Martinho. -----

- Adjudicação das obras para a recuperação de Caminhos antigos do Parque Ecológico, utilizando materiais naturais, numa extensão de treze Km, que estão há muito tempo deteriorados e degradados e que também foram afetados com os incêndios do mês de agosto do ano transato. -----

Permitindo assim mais segurança, melhor intervenção de meios de socorro, porque muitos daqueles caminhos servem de aceiros para o combate aos incêndios e mitigar a erosão daquelas serras. -----

- Adjudicação da obra de remodelação da antiga Escola do Primeiro Ciclo do Poço da Câmara junto à Igreja do Imaculado Coração de Maria e junto à Quinta do Poço, que é propriedade daquele Município, no valor de duzentos e cinquenta e três mil euros. -----

O objetivo daquela remodelação é que aquele espaço seja um espaço de Centro Cívico, onde funcione não só a sede da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, mas também um espaço cultural aberto a todos os Fregueses daquela Freguesia e a todos os Municípes do Funchal, criando ali uma centralidade. Para além de que a própria Autarquia tem de dar o exemplo na recuperação daquilo que é património municipal, e também de

reabilitação urbana. -----

- Devido aos incêndios de agosto do ano transato, no final daquele ano, fizeram uma primeira intervenção nos taludes da Rua 5 de Outubro, Levada dos Moinhos, Rua Dr. Pestana Júnior e Caminho dos Tornos, no valor de um milhão de euros, de modo a garantir a segurança da Cidade e diminuir o risco em zonas que foram afetadas, e que tinham a necessidade de uma limpeza para evitar que as primeiras chuvas de inverno pudessem afetar a segurança de pessoas e de bens. -----

Contudo, por ser necessário fazer a consolidação e a estabilização definitiva dos mesmos, abriram já o concurso para o efeito. -----

Depois falou dos seguintes temas: -----

- A Reabilitação Urbana tem sido tema central e estratégico daquele mandato e uma marca que querem deixar na Cidade. -----

Por isso foi criada uma primeira ARU e agora está a ser desenvolvida a ORU – Operação de Reabilitação Urbana, com incentivos para o investimento privado e na requalificação, particularmente do espaço público, em termos de arruamentos da malha urbana, de praças e de novos acessos que serão criados. -----

Assim, por ajuizarem que deviam dar mais benefícios a quem quer investir, está em consulta pública o Regulamento Municipal de Apoio à Reabilitação Urbana, que será depois trazido àquela Assembleia para debate, análise e aprovação dos (as) Senhores (as) Deputados (as). -----

Depois referiu-se à área da Educação enunciando: -----

- Que o Funchal é um dos trinta e sete Municípios a nível Nacional e também a única Cidade da Região Autónoma da Madeira, que assinaram um protocolo de compromisso com a UNICEF para a concretização do programa para o ano de dois mil e dezassete, da Cidade Amiga das Crianças pela UNICEF. Porém, espera que outras Cidades venham a aderir



àquele projeto. -----

- Também nesta área têm a Assembleia Municipal Jovem e o Orçamento Participativo onde podem intervir cidadãos a partir dos quinze anos, porque querem uma Cidade com qualidade de vida e que olhe para pelos jovens naquilo que é o seu bem-estar, os seus direitos, a sua segurança e o direito de opinião que muitas vezes é desvalorizado. -----

- Ainda no âmbito da Educação, aprovaram na reunião de Câmara do dia anterior, a adesão daquele Município ao Pacto de Milão, que consiste num compromisso do Poder Local não só no combate à pobreza e à exclusão social, mas também nas questões ambientais e de qualidade de vida. -----

Como tal, o mesmo permite-lhes trabalhar de uma forma coerente e transversal quer o desenvolvimento ecológico quer o social, e é uma forma e um instrumento de consubstanciar as suas políticas orientadas e reconhecidas pelos Municípios que são aderentes ao mesmo, constituindo também um reforço das suas políticas ambientais e de equidade social. -----

- Aproveitando o ensejo das políticas ambientais, transmitiu que fizeram um investimento do reforço da recolha de lixo, no valor de meio milhão de euros, adquirindo duas viaturas pesadas de dezanove toneladas, bifluxe, que por terem a vantagem de recolher dois tipos de resíduos na mesma viatura, é um rendimento nos termos dos circuitos que são feitos na recolha dos resíduos e também uma modernização da frota de recolha seletiva. -----

**INSCRIÇÕES:** -----

**1 – A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU** na sequência da apresentação daquele relatório por parte do Senhor Presidente da Câmara colocou as seguintes observações e questões: -----

- No Programa do SMA existem apenas trezentos e quarenta e nove Municípios apoiados desde outubro de dois mil e catorze, que dividido pelos meses de outubro de dois mil e

catorze até ao presente, abril de dois mil e dezassete, dá cerca de dez/onze pessoas apoiadas. O que, no seu entender, é pouco e preocupante, porque infelizmente com o crescer da pobreza a falta de habitação também aumenta. -----

Como tal, depreende que os programas sociais ainda não conseguiram fazer frente àquela problemática e flagelo que atinge o Município do Funchal. -----

- Depois perguntou se o stock que existia de *glifosato* já não é utilizado de forma alguma? -----

- Sobre o Programa de Revitalização do Comércio e Serviços, questionou se há algum levantamento do impacto que o mesmo tem no comércio local, porque em algumas das ruas do centro do Funchal, onde havia uma predominância do comércio tradicional, há um maior número de lojas a fechar? -----

- Ainda sobre os incêndios de agosto do ano transato e à Conta Solidária, perguntou: -----

- Quantas pessoas foram apoiadas? -----

- Quais os montantes já utilizados? -----

- Se já foram feitos os levantamentos das bocas-de-incêndio que infelizmente não funcionaram? -----

- Se há a garantia absoluta, de sendo necessária a sua utilização, estarem em condições de serem utilizadas? -----

- Dos projetos que estavam a ser trabalhados quantos é que já foram entregues às famílias? -----

**2 – O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS/PP** começou por concordar que de facto a Câmara tem que trabalhar desde o primeiro até ao último dia, por isso questionou se essa gestão não deve de ser feita ao longo de todo o mandato? ---

Depois cingindo-se à rede viária colocou algumas questões e observações que se reproduzem: -----

- Por que motivo é que a percentagem maior da repavimentação da rede viária do Funchal é quase toda acima da Cota 200? -----



- Por que motivo é que essa distribuição de repavimentação da rede viária não é por todo o Funchal? -----

- Por que motivo a referida repavimentação abaixo da Cota 200 ficou para os últimos meses do mandato? -----

Por isso, ajuíza que devia de ser dada prioridade às redes viárias que estão em pior estado, independentemente de ser nas zonas altas ou nas zonas baixas, porque o Funchal não vive só das zonas altas, vive também das zonas baixas pois também é por aí que o Turismo passa. -----

**3 – O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, Independente** também é de opinião que o trabalho do Executivo tem que ser até ao último minuto do mandato, mas o que veem na periferia da zona central do Funchal, são muitos *outdoors* relativamente a determinadas adjudicações e a promessas, a exemplo do que falavam há uns meses atrás sobre a adjudicação rompante nos últimos meses como puro eleitoralismo. -----

Depois referiu que em relação ao pedido de informação sobre o Funchal Card, que formulou na última Sessão Ordinária daquela Assembleia que se realizou no mês de fevereiro, e que reproduziu por escrito junto ao Presidente da Mesa, até ao momento não obteve resposta mas está esperançado que até ao fim daquele mandato lhes façam chegar essa informação, tanto que mais que a mesma foi também solicitada por outros grupos municipais e também na reunião de Câmara. -----

Terminou dizendo que em relação ao estado da rodovia funchalense, as Atas das Reuniões da Câmara, são elucidativas do número de Municípes que se queixam sobre os acidentes que têm nas suas viaturas. -----

**4 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP** pediu ao Senhor Presidente da Câmara para comentar sobre o seguinte: -----

- O que está enunciado no Orçamento da Câmara de 2017 e no Relatório da

SocioHabitaFunchal: “A crise financeira económica que o País atravessa, agravou a situação habitacional na nossa cidade (...). É neste contexto que o Município do Funchal decide investir em habitação social de qualidade, renovando parte do seu parque habitacional com a construção de 3 novos empreendimentos: Quinta Falcão - 8 e 30 fogos; Viveiros – 28 fogos; e reabilitando 1 fogo na Zona histórica de Santa Maria Maior”. -----

- Em dois mil e quinze o Vereador do CDS-PP remeteu e propôs à Câmara Municipal do Funchal o Plano de Remoção do Amianto dos Bairros Municipais do Funchal, que segundo o levantamento exaustivo que foi feito, necessitavam de intervenção um total de cento e cinquenta e duas habitações. -----

Porém, o Relatório e o Orçamento enuncia que é fulcral a resolução dos três mil e quinhentos casos de défice de habitação social que existe no concelho do Funchal e coloca nos cartazes, estrategicamente, que a meta é dois mil e dezassete / dois mil e dezoito, o que elucida que a política social da Câmara do Funchal, são cartazes e inauguração de pedras, mas a concretização é zero. -----

- Também em dois mil e quinze anunciou que o empréstimo de dez milhões de euros seria para executar obras no Funchal em dois mil e dezasseis, todavia já está no final do mandato e diz que irá realizar as obras sociais, nomeadamente na área de habitação social, só em dois mil e dezoito ou dois mil e dezanove. -----

- Sobre a questão do Comércio, afirmou que iriam tomar cinquenta medidas concretas sobre a Revitalização do Comércio e Serviços, mas ainda não é conhecida a concretização das mesmas. -----

- Também gostaria de saber como e onde é que está o Conselho Municipal do Turismo? Se convidaram alguém para presidi-lo? Quando é que irão concretizá-lo? -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** respondendo às questões e observações dos (as) Senhores (as) Deputados (as), começou por esclarecer a: -----



Paulo Beltrão

- **Senhora Deputada Municipal Herlanda Amado**, que a dificuldade da implementação de alguns programas é devido a questões de legalidade, como por exemplo: -----

- No SMA - Subsídio Municipal ao Arrendamento, que apoia trezentas e quarenta e nove famílias, existem muitos inquilinos que não podem usufruir daquele subsídio, porque o Senhorio não lhes faculta recibo de renda e embora tentem fazer alguma ação de sensibilização aos mesmos, isso extravasa a ação da Autarquia, porque esta também é fiscalizada pelo Tribunal de Contas. -----

- No PRESERVA também têm problemas graves com o título de propriedade das habitações, dos terrenos e também com a questão urbanística. Porque há determinadas obras que as pessoas querem fazer e que do ponto de vista urbanístico não são licenciáveis. -----

Como tal, a Câmara não pode ser cúmplice de ilegalidades que muitas vezes põem em risco, mesmo a própria segurança das pessoas face aos riscos que a Cidade tem. -----

- Quanto ao *glifosato* já deixaram de o utilizar definitivamente. -----

- Sobre o Programa de Revitalização do Comércio e Serviços, e aproveitando para responder também ao Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, disse que fizeram um diagnóstico exaustivo da situação do comércio, para verem o ponto de partida e que ações deveriam de ser delineadas e concretizadas para inverter o processo, de não fechar algumas lojas e reabrirem outros espaços que estavam fechados, como se tem vindo a verificar. -----

Portanto, o processo de inversão já começou e tem que ser continuado, embora ainda tenham um longo caminho a percorrer face a um processo de degradação de anos. -----

- Relativamente à Conta solidária, informou que no momento foram já apoiadas oitenta e duas famílias. -----

- Quanto às bocas-de-incêndio, estão a ser alvo de um processo de uma vistoria completa,

embora quando se diz que não havia água em algumas delas, sendo verdade, não quer dizer que elas não funcionassem, tem a ver com outras questões, nomeadamente com a pressão e com a utilização da água em determinadas zonas da Cidade. -----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Américo Dias** respondeu que já elencou uma série de pavimentações que já estão realizadas há mais tempo, que são feitas com regularidade, diariamente e anualmente para cobrir os buracos que aparecem no pavimento, não foram feitas no último ano nem se esperou para os últimos meses do mandato. -----

Retorquiu ainda que as Zonas Altas tiveram prioridade na repavimentação das estradas, porque os Municípios daquelas Zonas foram esquecidos durante anos. -----

Contudo, também já repavimentaram zonas baixas da Cidade, como a Rua dos Ferreiros com o seu calçado tradicional, e logo que terminem as obras nas ribeiras irão intervir na Rua das Mercês, na Severiano Ferraz e na Rua do Bom Jesus, onde nas primeiras também implica a rede de águas pluviais e do saneamento básico. -----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta** esclareceu que sobre a contratualização do empréstimo para várias matérias, inclusive para a habitação social, existe o fator tempo que é maior do que seria necessário e que é completamente alheio àquela Câmara, nomeadamente os processos de contratação pública, os processos de aprovação do empréstimo e os processos de visto do Tribunal de Contas. -----

Dando como exemplo, uma empreitada que foi excluída porque o vencedor não apresentou a caução e a garantia necessária, tendo sido necessário começar do ponto zero e a do Bairro da Penha de França e dos Viveiros, que naquele momento só está à espera do visto do Tribunal de Contas afeto à obra em si tendo em conta o valor da mesma. -----

Sobre as medidas do Comércio, para além do que já respondeu anteriormente, acrescentou que no momento estão a preparar uma *check-list* das ações já concretizadas e das que estão em execução, e logo que esteja pronta será entregue a todos (as) os (as) Senhores



(as) Deputados (as). -----

Quanto ao Conselho Municipal do Turismo, assumiu que ainda não foi concretizado e que ainda não se pode comprometer com uma data, mas essas deliberações serão concretizadas e respeitadas. -----

Porque, apesar de serem acusados pelo Governo Regional de estar a interferir em matérias que não são da competência da Câmara, a preocupação daquele Executivo é complementar um trabalho feito pelo Governo Regional relativamente ao Turismo na Região. -----

**- INTERVENÇÕES:** -----

**1 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** começou por referir: -----

- Que não está em questão o atual Presidente de Câmara e a atual Vereação governar até ao fim do seu mandato, porque isso é uma premissa que qualquer titular de um cargo político tem em relação àqueles que o elegeram e mesmo àqueles que nele não votaram. O que está em questão é que alguns dos (as) Senhores (as) Deputados (as) presentes naquela Assembleia, também estiveram ao longo dos mandatos anteriores e acusaram sistematicamente, quer a Câmara Municipal do Funchal quer o Governo Regional da Madeira de ser eleitoralista, de só fazer trabalho, lançar e fazer obra no último ano de mandato. -----

Por isso, se na Mudança é um direito governar até ao último dia do mandato, no PPD/PSD ou em relação a qualquer partido ou coligação que esteja na Câmara ou no Governo também o é. -----

- Sobre a assunção das dificuldades em concretizar os Programas Sociais, a que o Senhor Presidente fez menção, disse que as mesmas surgiram porque os regulamentos não foram criados de forma clara e eficaz, como se comprova pelas alterações que alguns já sofreram

exatamente para tentar ultrapassá-las. -----

- Em relação à questão do Comércio e à retoma que o Senhor Presidente diz que já se sente, poder-se-á dizer que da mesma maneira que os fatores que levaram à situação negativa que foi diagnosticada tinham a ver com a tal crise económica que existia a nível Nacional, a mesma existe baseada e sustentada na retoma que existe no País e nos números da Região que também assim o comprovam. -----

Por isso, não concorda com os expedientes que têm sido usados quando falam da retoma, nomeadamente em comprar imóveis para cederem a exploração a entidades privadas, como querem fazer com a “Pastelaria Felisberta” e com outros imóveis. -----

- Referindo-se ao Relatório de Atividades colocou as seguintes questões e observações: -

- A generalização dos Parques Infantis Inclusivos, ou seja para Cidadãos Portadores de Deficiência, foi uma promessa eleitoral, e apesar de existir diversos parques infantis à responsabilidade da Câmara e das Juntas de Freguesia, só existe um único equipamento inclusivo, que é um baloiço instalado no Parque de Santa Catarina mas que se encontra trancado a cadeado em plena área do dia. Por isso gostaria de saber porquê? -----

- Sobre a criação de um circuito desportivo de manutenção observou que aquele ainda não tem localização nem qualquer tipo de projeto apresentado. -----

- Também o percurso pedestre que foi criado entre São Martinho e Santo António continua exatamente como estava e votado ao abandono, nem foi construído mais nenhum outro percurso na cidade do Funchal. -----

- Atentou ainda que existe o livro dos Direitos e Deveres das Entidades Desportivas do Funchal, que ninguém percebe bem o que é, e que embora tenha sido aprovado um regulamento de apoios financeiros ao Associativismo, não existem critérios devidamente definidos. -----

- Depois manifestou solidariedade com o Senhor Presidente e pediu solidariedade recíproca

Paulo Beltr  
A. A.

sobre o problema que existe entre o momento da decisão política, que foi o que se passou quando pediram o financiamento dos dez milhões de euros e o momento da concretização, que são a série de obstáculos enunciados pelo Senhor Presidente, porque não é exclusivo, infelizmente, da Câmara Municipal do Funchal, pois é exatamente o mesmo que subsiste no Governo Regional da Madeira e em qualquer entidade pública que esteja sob a alçada da Lei e do Tribunal de Contas. -----

- Referindo-se ao Turismo, considerou que da mesma maneira que o Funchal é importante para a Região, a Região também é importante para o Funchal, por isso a sincronização das políticas ainda que com visões diferentes e com pontos de vista diferentes, beneficiaria quer o Funchal quer a Região Autónoma da Madeira trazendo benefícios mútuos. -----

Tais como: -----

1 - O Posto de Informação Turística, onde constata o facto de continuar fechado em períodos de muita afluência de turistas na baixa do Funchal. -----

2 - A questão da Companhia Aérea Ryanair, em que foi feito um esforço, e muito bem, por aquela Câmara para que a mesma venha a operar na Região Autónoma da Madeira, bem como a Assembleia Legislativa da RAM teve a oportunidade de convidar para audição, o Senhor Presidente de Administração do Conselho daquela Companhia, ficando a aguardar que lhes respondam positivamente, embora tenham feito pedidos de valores exorbitantes. Encontrando-se todo o processo devidamente documentado na Assembleia Legislativa e no Governo Regional da Madeira, tendo inclusive a análise dos custos sido feita pela ANA.

- Referindo-se ao Funchal Card, disse que como já solicitado, gostariam que fosse especificamente colocado no Relatório de Atividades, qual o efeito quantitativo, nomeadamente qual o progresso, a evolução ou a regressão que existe em função daquela iniciativa, porque é uma medida importante e que lhe reconhece qualidades, mas sem saber se ela funciona ou não, pouco mais pode dizer em relação à mesma. -----

**2 – O Senhor Deputado Municipal José Maria Abreu Barros, do CDS-PP** referindo-se às dificuldades na exequibilidade do Programa SMA – Subsídio Municipal de Arrendamento, transmitidas pelo Senhor Presidente da Câmara, questionou-o sobre o seguinte: -----

- Se sabe que existe na Região Autónoma da Madeira, uma Associação de Senhorios e Proprietários, que foi criada a alguns anos, no sentido de resolver os problemas relacionados com o arrendamento urbano, quer o arrendamento comercial quer o arrendamento habitacional, uma vez que aquela Região estava desprovida dessa entidade e no Continente a mesma já existia a alguns anos? -----

- Se quando implementou aquele Programa, chegou a contactar aquela Associação? -----

- Em caso afirmativo, se houve algumas démarches, ou alguma articulação para a resolução desses mesmos problemas, ou se pediu a colaboração, na pessoa do Senhor Presidente da referida Associação, para o coadjuvar ou dar sugestões para melhor elaboração dessa matéria, para que ela pudesse ter sido executada com a melhor taxa de sucesso e de exequibilidade? -----

- Aquando da elaboração do Regulamento daquele Programa, os Juristas da Câmara entraram em contacto com a Associação, ou com outros Juristas dos Grupos Parlamentares para elaboração do mesmo? -----

Porque a questão da resistência dos Senhorios de não efetuarem os recibos de arrendamento, nos meios legais ou judiciais, é de denunciar essa situação à Autoridade Tributária que depois irá atuar em conformidade. -----

Assim, sugeriu uma alteração ao Regulamento no sentido de, aquando dessa situação, obrigar os senhorios a elaborar um termo de responsabilidade, em que os próprios se obriguem a passar os recibos e assim a Câmara em caso de situações futuras, fazia acionar esses mecanismo através do termo de responsabilidade, uma vez que se tinham vinculado



para esse efeito. -----

**3 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP** sobre as obras enunciadas pelo Senhor Presidente da Câmara pediu os seguintes esclarecimentos: -----

- Ao visitarem o Caminho do Lombo dos Aguires observaram que em dois mil e dezasseis foi lá colocada uma placa, dizendo que executaram oitenta mil euros nas obras do asfaltamento do referido Caminho. Mas ao auscultarem um conjunto de cidadãos dessa mesma localidade, constataram que a obra não foi realizada. -----

Por isso, gostariam de saber se aquela situação corresponde à verdade ou não. -----

- Relativamente ao apoio do Fundo Social ao Investimento, que foi anunciado a vinte e quatro de janeiro de dois mil e catorze e que iria abranger cinco mil pessoas que estavam em condições de o receber, gostaria de saber porquê que em dois mil e dezasseis e apesar de todas as calamidades sociais, só seiscentas e dezanove pessoas foram abrangidas? -- Depois reforçou que os Presidentes de Junta de Freguesia, homens e mulheres daquela Cidade, é que têm sido os obreiros e os conquistadores na área social porque muito fazem, muito conquistam e muito ouvem as pessoas. -----

E deu como exemplo, o crasso e crucial trabalho social que a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior tem vindo a fazer, assim como a Junta de Freguesia de São Martinho, de Santo António e de São Gonçalo, mas que depois são esbarrados com a legislação interna e com o regulamento interno do SMA-----

Porque a Câmara no final do mandato, reforça e realça que o SMA - Subsídio Municipal ao Arrendamento, não poderá abranger mais pessoas porque a culpa é dos Senhorios e isso, na opinião daquela bancada é uma falsa questão. Todavia, se eventualmente o Senhor Presidente tiver razão, deve enunciar na opinião pública, que a culpa é dos Senhorios e não da Câmara. -----

**4 – O Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, do GMM** iniciou fazendo um parêntesis para dizer que é lamentável o Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta, usar sistematicamente aquele local para se promover como líder do CDS-PP. --- Depois defendeu que não é verdade que o Programa de Apoio Social na área do Arrendamento, implementado por aquela Câmara, não tenha tido aceitação porque no momento a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, que por si é presidida, apoia cinquenta e uma pessoas naquela área. Só não têm apoio, aquelas pessoas que não têm o recibo ou o contrato de arrendamento passado pelo Senhorio. -----

Também têm um Apoio Social de Recuperação das Habitações, que é quase idêntico ao SMA da Câmara, em que recuperam a casa, cujo Senhorio não tem capacidade de a recuperar, mediante uma declaração em que o mesmo se a vender nos dois anos seguintes, terá de restituir àquela Junta de Freguesia o valor gasto. -----

**5 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, do GMM** declarou que acha profundamente injusto o que tentam dizer sobre o funcionamento dos Programas da Câmara, porque, embora os mesmos pudessem ter outra abrangência, não são nenhum falhanço. -----

Pois, o número de pessoas apoiadas não é o previsto, devido aos critérios e os trâmites do regulamento, serem executados com muita transparência. -----

Para terminar, agradeceu as palavras que o Senhor Deputado Gonçalo Pimenta proferiu em relação ao trabalho social efetuado pelas Juntas de Freguesia, mas o mesmo só é possível, graças ao valor que a Câmara Municipal do Funchal transfere mensalmente às mesmas, através dos seus acordos de execução, sejam elas do PPD/PSD sejam da Coligação Mudança. -----

**6 – O Senhor Deputado Municipal Paulo Bruno Rodrigues N. Ferreira, do GMM** acrescentou à intervenção anterior que é injusto dizer que não há articulação entre a



*Paulo Beltrão*

Câmara e as Juntas de Freguesia, sejam elas quais for. -----

E que o Senhor Deputado Gonçalo Pimenta tem que perceber que existem critérios para que as pessoas possam ser ajudadas, tais como ter recibo ou contrato de arrendamento, porque a Câmara não pode validar ilegalidades. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** respondendo a algumas questões que foram colocadas, começou pelo **Senhor Deputado Gonçalo Pimenta**, esclarecendo que a questão das pessoas apoiadas pelos Programas Sociais e do compromisso das cinco mil pessoas foi dito no pressuposto do que eram as necessidades das pessoas, e daquilo que deve de ser a ação da Câmara no âmbito social, porque no passado os mesmos não existiam. -----

Como tal, têm vindo constantemente a aumentar as verbas daquele Fundo de Investimento Social, porque o apoio às pessoas que necessitam de ajuda nos diversos Programas Sociais, já é de um milhão e setecentos mil euros, e de uma média de inscritos de cento e noventa pessoas por mês. -----

Logo, julga que podem já ter atingido essas cinco mil pessoas, porque no momento os diversos programas sociais abrangem mil e trezentas famílias, o que significa também que o conhecimento dos mesmos e a forma como estão a divulgá-los, está no momento a surtir os seus efeitos. -----

Também assumiu que têm alguns programas, que apesar das revisões que já sofreram, por questões legais já enunciadas, detêm dificuldade em serem aplicados porque aquela Câmara tomou a opção política dos mesmos serem por ela geridos e não por Associações como no passado, que embora tenha ajudado muita gente também houve outra muita gente que foi ajudada sem ter qualquer necessidade. Contribuindo inclusivamente, para promover a ilegalidade e insegurança das pessoas a nível urbanístico e com uma condenação por parte do Tribunal de Contas, à Associação ASA. -----

Quanto ao Caminho do Lombo dos Aguiares o que está inserido naquela empreitada é que foi adjudicada. -----

À questão levantada pelo **Senhor Deputado José Maria Barros** disse que é uma questão pertinente, e confessou que desconhecia que na Região houvesse aquela Delegação, pois só a conhecia a nível Nacional, pelo que de facto não foram contactados. -----

Porém, disse que quer a primeira versão quer a revisão daquele Programa, estiveram em consulta pública, para por quem ache de direito ou quem considere pertinente para ajudar a resolver e a melhorar aquilo que são as propostas da Câmara. -----

Referindo-se à questão das “costas voltadas” sobre o quesito do Turismo abordada pelo **Senhor Deputado Carlos Rodrigues**, concordou com o mesmo porque o que está no interesse é a Região, neste caso o Turismo. E tanto assim é que o mesmo, enquanto Presidente da Associação de Municípios, fez questão que aquela Associação fosse sócia da APM – Associação de Promoção da Madeira, pois era uma lacuna que existia e a promoção é uma ação que tem que ser conjunta e articulada. -----

Sobre o Posto de Informação Turística esclareceu que o mesmo é uma mais-valia e que ainda não conseguiram tê-lo aberto no horário que desejam por falta de recursos humanos, porém estão a providenciar para que essa lacuna seja sanada o mais rápido possível. -----

Informou também, que desde a sua abertura, já ali estiveram cinquenta mil turistas a pedir informações, e ao contrário do que previam, que devido à sua localização, o maior número de turista fosse o dos cruzeiros, o mesmo não o é, porque só atingem os quinze por cento dos que ali se dirigem. -----

Quanto à questão dos Parques Infantis, transmitiu que existem dois novos parques adaptados para crianças com deficiências, um na Quinta Deão e um no Almirante Reis. Sobre o baloiço do Parque de Santa Catarina, clarificou que o mesmo era usado por crianças que não tinham qualquer deficiência, havendo inclusive casos de crianças feridas

Paulo  
7.

por o usarem inadequadamente, como tal, por uma questão da segurança das próprias crianças, as chaves encontram-se na Ludoteca e é fornecida quando solicitada. -----

Informou ainda que aquele Parque é um dos que será remodelado com mais equipamentos, sendo que aquela situação será revista de modo a corrigirem aquelas situações. -----

Em relação à questão eleitoralista, também referida pelos Senhores Deputados Américo Dias e Donato Macedo, disse-lhes que aquilo que quis dizer é que há obras que são de agora, mas há outras que já fizeram. A exemplo disso, foram as pavimentações que já foram feitas antes daquela pacote que já foi adjudicado e o Lido, porque as coisas têm a sua sequência, o seu ritmo e não tendo em vista as eleições mas sim o serviço e a qualidade que querem para a Cidade. -----

Concluiu dizendo que em termos dos “Tótós” ou de outras coisas quaisquer, e embora o Senhor Deputado Carlos Rodrigues também ali só diga bem da sua pessoa, na Assembleia Legislativa Regional o mesmo já só diz mal, porque quando se diz que o Presidente da Câmara é sabujo, ou quando se escreve algumas coisas no seu facebook pessoal, o mesmo também tem responsabilidades e também, por vezes, aquilo que pronuncia é ofensivo para as pessoas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** interveio para em primeiro lugar agradecer, reconhecer e informar o facto de a Vereação ter acolhido a sua sugestão no que diz respeito à sinalética que estava na Loja do Múncipe, e afirmar que também o próprio Presidente da Câmara às nove horas e treze minutos da manhã já tinha comunicado ao seu responsável, nomeadamente o Senhor Vereador Miguel Gouveia, o seu descontentamento com a mesma, o que manifesta de facto uma concordância com a sua posição, pelo que mais honestidade e transparência do que aquela, não existe. -----

Continuando dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo que em relação à sua linguagem, é de facto uma pessoa que usa uma linguagem por vezes demasiado colorida,

sendo até criticado por isso muitas vezes fora e também dentro do seu partido. -----

Porém, também diz que é uma pessoa muito sincera, muito franca e muito honesta por isso com muita honestidade, também manifestou que houve um momento naquele cruzamento político que o deixou de certa forma desapontado, e que aconteceu logo na primeira Assembleia Municipal, em que o Senhor Presidente da Câmara reagiu muito mal a uma crítica que aquele lhe fez, pois a sua reação foi nessa altura extemporânea e em momento algum o quis diminuir pessoalmente. -----

Por isso, quando diz que aquele tem um comportamento sabujo, também em momento algum é uma diminuição, mas sim um comportamento e uma atitude com o qual não concorda, e foi um comportamento mais dirigido ao Primeiro-ministro pela forma que utilizou junto com outro partido, aquando da sua visita à Região. -----

Em relação às questões dos constrangimentos, o próprio reconheceu-os e fez questão de dizer que os mesmos passam por toda a Administração Pública, seja ela Regional, Nacional e Local, pois entre o anúncio político da medida, da estratégia e a concretização dos factos, há muitos problemas. -----

Mas fez aquela analogia e comparação porque o PPD/PSD a nível de Administração Regional tem sido acusado de nada fazer naqueles dois anos, mas ali usam a argumentação de que que só estão há quatro anos e que são obrigados a fazer tudo durante esse tempo. -----

Da mesma maneira que é errado o Senhor Presidente da Câmara dar a entender que não havia Apoio Social antes de a Mudança chegar, e que o que era dado pelo PPD/PSD até dois mil e treze era essencialmente consubstanciado em situações que não acatavam a legalidade. -----

Disse ainda que compreende os constrangimentos em relação à questão dos Apoios Sociais, mas quando se criam Programas que se tornam o centro da estratégia e a pedra

*Paulo Beltrão*

de toque do nosso trabalho, e se propagandeiam como sendo a principal diferença em relação aos mandatos anteriores, julga que deveria de ter havido mais cuidado na preparação dos mesmo, para que não tivessem que ser revistos rapidamente após o seu lançamento e que tivessem a maior abrangência possível. -----

Portanto, o problema não está nos constrangimentos mas sim na formatação e na construção do modelo do regulamento e do programa. -----

--- Passando ao **Ponto Dois - Documentos de Prestação de Contas de 2016, em observância do disposto na al. l) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara o qual a passou ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia**, que passou a fazer a seguinte descrição sumária daquilo que é a Prestação de Contas de 2016: -----

"Vou fazer a análise em duas óticas, vou explicar primeiro a ótica orçamental depois a ótica patrimonial. -----

Em termos orçamentais tivemos um Orçamento final de 79 milhões 524 mil euros, depois das alterações e das revisões que no ano 2016 foram levadas a efeito e aprovadas por esta Assembleia. -----

Sendo que, a Taxa de Execução das Receitas ascendeu a 94% com valor de cerca de 74,8 milhões de euros e a Execução da Despesa ascendeu a 90% com 78,8 milhões de euros. Importa relevar alguns aspetos da Receita e da Despesa. -----

Na Receita é importante salientar que tivemos uma redução nas receitas de IMI, isto devendo-se ao facto da aplicação quer da taxa de IMI, 1% abaixo para 0.32% e também da aplicação do IMI Familiar. Portanto, houve uma redução nas Receitas com o IMI que foram compensadas pelas Receitas do IMT que subiram cerca de 448 mil euros, o que demonstra aqui também, alguma retoma do mercado imobiliário quando comparado com o ano de 2015. -----

Adicionalmente a execução da Derrama também voltou aos seus valores originais, porque se se recordam no primeiro ano da aplicação da Derrama foram notificadas empresas da Zona Franca da Madeira para liquidar esta taxa municipal. Quando, de acordo com a legislação em vigor e como nós na altura o referimos, as empresas da Zona Franca estão isentas deste tipo de impostos municipais. -----

O que quer dizer que em 2015, houve um encontro de contas com a devolução das verbas que foram pagas por essas empresas em 2014, sendo que em 2016 voltamos a ter a execução de 1,2 milhões de euros que é aquela que inscrevemos em orçamento e que é habitual na execução desta rubrica, portanto tivemos também uma subida na Derrama de 126%. -----

Ainda em relação a esta matéria de receitas tivemos nas transferências algumas rubricas que foram abertas no ano passado, nomeadamente o Fundo de Turismo com 500 mil euros depois dos incêndios que infelizmente assolaram o Funchal em agosto de 2016. -----

Tivemos também uma dotação de 500 mil euros do Civitas Destinations que é um Programa de Mobilidade Europeu, a que o Funchal se candidatou e teve essa dotação em cerca de 900 mil euros, sendo que, 526 mil euros foram transferidos durante o exercício de 2016. --

Em relação à Despesa, como referi, teve uma taxa de execução de 90% sendo que dentro de algumas rubricas, eu gostaria de destacar as transferências que já foram aqui faladas para as Juntas de Freguesia, que tiveram um aumento de 250 mil euros para 1,4 milhões, que em 2015 era 1,15 milhões de euros. -----

Sobre esta matéria é importante também salientar, que é um bocado como a banca faz quando concede empréstimo a uma família, há sempre uma taxa de esforço que é calculada e quando temos Orçamento de mais de 100 milhões de euros, 1,4 milhões representa um determinado esforço, quando temos orçamentos de 78 milhões de euros, 1,4 milhões representa um esforço um bocadinho maior. -----

*Paulo Beltrão*  
F. J.

Portando, acho que é de relevar o esforço também de termos aumentado esta rubrica nas transferências para as Juntas de freguesia. -----

Também uma vez que no ano de 2015 foram repostas as 35 horas aos Trabalhadores, tivemos um aumento com as despesas do pessoal porque quando faziam as 40 horas recebiam menos horas extras, como é o caso da nossa Corporação de Bombeiros que esteve 2 anos sem essas horas extraordinárias e depois da reposição das 35 horas, passou a receber as horas extraordinárias correspondentes às 5 horas que a lei cortou entretanto. Daí termos aqui duas subidas dentro da Despesa, nomeadamente com as Transferências e com as Despesas com pessoal, justificadas por estas duas formas. -----

No Fundo de Equilíbrio Financeiro houve um ligeiro reforço. Este ano tivemos novamente um reforço, recordo que de 2014 para 2015 tínhamos tido uma redução nas transferências do Orçamento de Estado, de cerca de 400 mil euros e eu estou aqui a retirar a parcela do IRS que nós é que estipulamos aqui na Assembleia quanto é devemos devolver em IRS às famílias, dentro dos 5% da participação que cabe aos Municípios, retirando isso temos o FEF e o Fundo Social Municipal. Dentro destas duas rubricas houve uma redução de 2014 para 2015 de cerca de 400 mil euros, e em 2016 houve alguma reposição dessas verbas continuando agora em 2017 que terá efeitos no exercício deste ano. -----

Em relação ao Equilíbrio Orçamental, foi de cerca de 3,9 milhões de euros, o que é importante, porque permite que as nossas Receitas Correntes façam a cobertura integral das Despesas Correntes, e ainda paguem todas as Amortizações de Empréstimos que temos para pagar, as Amortizações médias de cerca de 7 milhões de euros. -----

Portanto, temos Receitas Correntes de 69 milhões de euros, Despesas Correntes de 58 milhões de euros, as Amortizações médias de 7 milhões de euros que permite-nos aqui uma Poupança Corrente de 3,9 milhões de euros para poder investir, libertados das Operações Correntes para efeitos de investimento. -----

Também o facto de estarmos acima dos 85% da Execução do Orçamento, quer da Receita quer da Despesa, livra-nos do instrumento de identificação de más práticas orçamentais. Quando uma Câmara, ou um exercício de um determinado ano fica abaixo dos 85% de execução, normalmente para a DGAL é um alerta de que existem más práticas orçamentais, uma vez que estamos bem acima dos 85% estamos à salvaguarda desse tipo de análise, como tal a Receita cobrada, cobre a Despesa cobrada em cerca de 104%. ----

Em relação ao serviço da Dívida e ainda falando em termos orçamentais, a Dívida Relevante cifra-se ao final de 2016 em 59,7 milhões de euros, importa aqui destacar que a mesma é diferente da Dívida Global, porque algumas operações que relevam para a Dívida Global não relevam para a Dívida Relevante, pois o limite da dívida é sempre calculado em relação à Dívida Relevante que significa que temos neste momento um limite da Dívida Total de cerca de 103 milhões de euros. -----

É o limite que a Câmara do Funchal tem para o endividamento, o que nos dá uma margem de 43,6 milhões de euros. -----

Devo salientar que as nossas Receitas Correntes Líquidas subiram, em virtude de algumas medidas que foram tomadas em 2015 com reflexos no Orçamento de 2016, nomeadamente, a assunção pelo Município do Funchal das duas atividades da iluminação pública e também de Receitas da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o setor elétrico regional. -----

Agora falando um pouco na Questão Patrimonial, em relação à especialização no exercício de toda a atividade para 2016, aumentamos a nossa autonomia financeira para 82,3%, diminuimos a dependência financeira para uns inéditos 17,95% e aumentamos os dois graus de liquidez, quer a Liquidez Global quer a Liquidez Reduzida para 73 e 67% respetivamente. -----

Indo à Demonstração de Resultados dentro desta ótica patrimonial, temos um Resultado



Paulo Beltrão  
7-12

Líquido no exercício de 6,3 milhões de euros. Recordo que no ano passado tínhamos tido um resultado de 3,1 milhões de euros e Resultados Operacionais positivos de 2,9 milhões de euros, quando no ano passado tínhamos Resultados Operacionais negativos, este facto também se deve ao facto de termos assumido, nós Município, em vez de termos competências delegadas de algumas atividades como acabei de referir, nomeadamente sobre o setor da iluminação pública e das taxas de eletricidade. -----

Portanto, conseguimos equilibrar ou tornar positivos os Resultados Operacionais, é a primeira que ocorre, pelo menos neste mandato. Tivemos cerca de 3 milhões de euros negativos no primeiro exercício, 2 milhões de euros negativos no segundo exercício, o ano passado 900 mil euros negativos e este ano temos aqui uma inversão num valor positivo de 2,9. -----

Ainda em relação à parte Orçamental, tivemos um Saldo de Gerência de cerca de 2,9 milhões de euros do resultado do ano passado e isto deve-se ao facto de algumas das receitas terem chegado mesmo em cima do final do ano. -----

No ano passado o que fizemos foi amortizarmos um conjunto de empréstimos que tínhamos, nomeadamente com a eletricidade e com a ARM, mas outras receitas, dado o seu cariz consignado, não puderam ser aplicadas no ano passado, tivemos que transitá-las para este ano e falo particularmente, por exemplo, do Civitas Destinations, que entregáramos no ano passado, para o próprio programa, quem faz a gestão do programa, a autoridade de gestão tem algum interesse em apresentar taxas de execução superiores, então fizeram esse pagamento. -----

Outra das verbas que também estão aqui incluídas tem que ver com a nossa candidatura ao POSUR, das escarpas que foram limpas utilizando verbas do orçamento municipal, que infelizmente chegaram mesmo no final do ano. Pelo que só em dezembro tiveram aprovação e já não tivemos tempo para poder aplicá-las no Plano de Investimentos, como

deveria de ter sido. -----

Recordo que para podermos fazer aquela intervenção no imediato, tivemos que suspender algumas obras do PPI, aguardar pela aprovação do POSUR destas candidaturas para as escarpas e assim que recebermos o dinheiro, retomar a utilização no PPI. -----

Voltando à questão de Demonstração de Resultados, houve uma melhoria nos proveitos com especial destaque para os Impostos e Taxas e uma redução nos Fornecimentos e Serviços Externos. -----

Em relação ao Balanço tivemos uma Redução da Dívida Orçamental de 12 milhões de euros, e o Passivo acabou por ficar abaixo dos 200 milhões de euros, que no ano passado era 201 milhões de euros e este ano cifra-se nos 184 milhões de euros. -----

Também gostava de salientar e de relevar o bom trabalho que tem vindo a ser feito da Regularização das Amortizações e a Atualização das Fichas de Imobilizado, pelo Departamento Jurídico e de Fiscalização e pelo Departamento Financeiro que têm feito atualizações de alguns imóveis que historicamente não estavam registados em nome da Câmara, ou não estavam registados o domínio público e como tal têm vindo a ser feitos, alguns até incluindo o pagamento de algumas expropriações que estavam em falta há mais de 10 anos. -----

Saliento também o facto do Departamento Financeiro ter feito este trabalho que é notável a todos os níveis e ainda fazer esta Prestação de Contas, sabendo que continua com uma escassez de recursos humanos, porque houve algumas pessoas que saíram do Departamento Financeiro e o concurso de provimento das 8 vagas que foi aberto, ainda decorre neste momento, esperando que no primeiro semestre esteja já concluído e que tenhamos mais pessoas para poder trabalhar aqui nestas áreas. -----

Em relação ao Plano Plurianual de Investimentos, nós tivemos uma Taxa de Execução do PPI de 90% com os cabimentos, e em obras lançadas para o terreno de 81%, o que significa

*Paulo Beltrão*  
A. J.

que 63% está em curso. -----

Foram pagas 63% dentro daquele ano e outras obras continuam em curso do ano passado para este ano, nomeadamente a Loja do Múncipe entre outras obras que gostaria de relevar: -----

- As pavimentações dos Lombos, do Curral Velho, da Barreira, Trapiche, dos Três Paus. -
  - A ampliação do Canil do Vasco Gil. -----
  - O arranque da Loja do Múncipe. -----
  - O Skate Park do Funchal. -----
  - A ampliação do Ginásio de São Martinho. -----
  - A construção da Capela Mortuária do Monte. -----
  - A pré-consolidação das escarpas. -----
  - A substituição de redes de águas residuais e potáveis na Rua do Matadouro e Caminho da Fé. -----
  - O alargamento do Caminho do Corgo e da Entrada 68 do Caminho do Trapiche. -----
  - E um conjunto de outras intervenções em Escolas nomeadamente: no Parque infantil da Escola Ribeiro Domingos Dias, o Polidesportivo da Escola do Lombo Segundo e o Parque Infantil da Escola da Ladeira, e um conjunto de outros trabalhos em alguns refeitórios. -----
- Estas são algumas das obras que foram feitas no ano passado que concorrem para esta Taxa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos, de 63% na parte financeira na parte de pagamentos, mas na parte de compromissos sobe aos 81% ou seja as obras que foram lançadas e que estavam no Plano de Investimentos foram cerca de 81% da sua globalidade." -----

**- INSCRIÇÕES:** -----

**1 – O Senhor Deputado Municipal José Carlos Rodrigues Ferreira, do PCP/PEV-CDU** teceu as considerações que se transcrevem: “1 – O presente Relatório, em termos técnicos,

demonstra aquela que é a realidade financeira da Câmara Municipal do Funchal. Neste aspeto, é de destacar, a exemplo do que já havíamos referido no ano anterior, a existência de algum equilíbrio em termos de gestão, a redução da dívida e um conjunto de indicadores económico-financeiros positivos para a Câmara Municipal do Funchal e que acabam tendo a sua influência no apuramento do saldo da gerência anterior, nas Receitas arrecadadas, nas operações de Tesouraria; -----

2 – A viabilização e aprovação dos últimos Orçamentos e Planos da Câmara Municipal do Funchal por parte da CDU tem ficado condicionadas à aceitação, por parte da maioria, de um conjunto de propostas apresentadas. E, neste particular, destacam-se as propostas relacionadas com as acessibilidades, a habitação e os bairros sociais, a reabilitação urbana e a requalificação das zonas altas, entre outras. E o aspeto menos positivo nesta Prestação de Contas relaciona-se diretamente com a Aquisição de Bens de Capital e a execução do Plano Plurianual de Investimentos; -----

3 – O investimento fica aquém do ideal e não correspondeu aquelas que seriam as expectativas iniciais ou projetos aprovados. Nomeadamente na área da habitação (bairros sociais incluídos) e os transportes rodoviários. É certo que existem atenuantes para o atraso na implementação de alguns projetos e propostas, nomeadamente as questões relacionadas com os vistos do Tribunal de Contas, o que, também contribuiu que muitas das intervenções tenham sido relegadas para o Plano de Investimentos para 2017, sendo que, da nossa parte aguardamos pela concretização dos mesmos.” -----

**2 – O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMM** expôs o seguinte: “Esta será das últimas prestações de contas que este Executivo e o Grupo Municipal Mudança apresentarão a esta Assembleia na presente legislatura, por isso cabe aqui um curto resumo do trabalho feito em prol do Funchal e dos Funchalenses. -----  
Se na oposição ainda persiste dúvidas quanto ao bom desempenho desta Câmara,

*Paulo Beltrão*  
*A. J.*

consultem as estatísticas, e tomem nota do trabalho exemplar deste Executivo apenas em três anos e meio, tanto nas medidas sociais como na forma de gerir os dinheiros públicos que não são da Câmara nem do Governo, são dos contribuintes. -----

Paulo Cafôfo e o seu Executivo mesmo altamente condicionado pelo PAEF e em altura de um terrível sufoco financeiro conseguiram que a dívida global desta Câmara, diminuísse no final do 1º trimestre de 2017, para o valor mais baixo desde janeiro de 2002 e está agora na ordem dos 61 milhões, daqueles 101 milhões da herança deixado pelo Presidente Miguel Albuquerque e seus pares. -----

E é preciso não esquecer que até à entrada em funções, deste Executivo, ou seja, entre 2001 e 2013, com a ruínosa gestão do PSD, a dívida desta Câmara quadruplicou! -----

Mesmo para aqueles que não querem ver, está bem visível que se esta casa fosse bem gerida, como agora acontece, a dívida da CMF não teria chegado ao estrangulamento que chegou. -----

Senhoras e Senhores Deputados sabem o que estes resultados significam e os benefícios que trazem para o nosso Município? Talvez nem todos saibam, porque se não souberam governar é porque não sabiam fazer contas, mas eu explico-lhes! -----

Significa que com o Executivo de Paulo Cafôfo (com uma referência especial ao homem das finanças, o Vereador Miguel Gouveia), esta Câmara teve em 2016 a melhor execução orçamental de sempre. -----

Significa que este Município face a uma gestão rigorosa e séria voltou a ter margem para investir. -----

Significa que por um lado os fornecedores mediante o pagamento a tempo e horas das suas faturas puderam também satisfazer os seus compromissos, e por outro lado os investidores voltaram a ter confiança nesta Câmara! Significa que os Munícipes do Funchal tiveram um alívio na carga fiscal relativo, por exemplo, ao IMI e não foram

sobrecarregados com o aumento do preço da água potável que a ARM em conluio com o Governo Regional tentam a todo o custo aumentar. -----

Significa que apesar do Governo Regional não pagar os 5 milhões de IRS e de não estabelecer um único contrato-programa, ao contrário do que fazia quando esta Câmara era PSD, este Executivo de Paulo Cafôfo ainda conseguiu 94% de execução nas receitas, no valor de 74,8 milhões de euros e 90% nas despesas, no valor de 71,8 milhões de euros. Significa ainda que apesar do Governo Regional em 2016, por retaliação, ter recusado um contrato-programa de 4,4 milhões de euros em investimento proposto pela Câmara Municipal do Funchal, com claro prejuízo para os funchalenses, a Câmara da capital madeirense conseguiu excelentes resultados orçamentais e passou a constar entre as melhores Câmaras do País. Repito, para não haver deturpação de factos, entre as melhores Câmaras do País! -----

Por isso ao ouvir o discurso do Dr. Miguel Albuquerque no jantar de apresentação da candidatura de Rubina Leal, fiquei estupefacto e pensei que tal discurso estava a ser feito noutra cidade. O Dr. Miguel Albuquerque que num confrangedor e lamentável ataque de amnésia ou, quiçá, demagogia política populista não se lembrou de nada disto e acusou este Executivo de nada fazer em prol do Funchal e dos Funchalenses. -----

Mas... valha-nos a verdade, também não se lembrou de dizer que o melhor que fez enquanto Presidente do Executivo desta Câmara, foi contrair uma dívida enorme mesmo no tempo em que esta Câmara “nadava” em dinheiro! Sinceramente espero melhor desempenho como Presidente do Governo Regional com mais trabalho, menos populismo e menos arruaça. -----

Perdoem-me a ousadia mas não posso deixar de perguntar! O que é que o anterior Executivo e o Grupo Municipal do PSD fizeram por esta Câmara para agora se arrogarem o direito de quererem voltar a governar a Câmara Municipal do Funchal em 2017 e, dizem



eles, para melhorar a vida dos Funchalenses? Porque não o fizeram em tantos anos que cá estiveram? Em política não vale tudo! Não vale tanta demagogia e tantas mentiras para enganar a população. -----

Contra factos não há argumentos e, ao PSD que ao longo deste mandato tentou derrubar esta Coligação votando sempre contra todas as nossas propostas e contra – agora confirmada – boa gestão deste Executivo, resta-lhes “dar a mão à palmatória” e reconhecer que por muito que tentassem denegrir a imagem deste Executivo, aqui e até na Assembleia Legislativa Regional não o conseguiram. Ficava-lhes bem um pedido de desculpas públicas. -----

Governa, mal, fizeram depois uma oposição medíocre e até os vossos cálculos políticos saíram errados quando no princípio vaticinavam 6 meses a uma Coligação de 6 partidos e ao Grupo Municipal Mudança para segurar este Executivo. Tal não aconteceu, sabem porquê? Porque tanto o Executivo como o GMM que o apoiou são pessoas democratas e pluralistas que sempre souberam convergir na divergência. -----

Que souberam adotar a democracia onde outros adotaram a arrogância e a prepotência. -

Que souberam governar para as pessoas e não para os amigos. -----

Permitam-me, antes de terminar, deixar, nesta casa, um recado ao Senhor Presidente do Governo Regional! Se como diz no seu discurso quer melhorar a vida dos Funchalenses, então não use a ARM (Águas e Resíduos da Madeira) para aumentar o preço da água em alta e os resíduos sólidos. -----

Não use o estrangulamento financeiro e pague o que deve à Câmara. -----

Volte a Estabelecer os contratos-programa que fazia com as Câmaras PSD. -----

Não é desta forma que ajudará os Funchalenses porque serão eles que terão de pagar a fatura pelas suas retaliações mesquinhas. -----

Senhoras e Senhores Deputados, feito o balanço destes últimos três anos e meio a nível

financeiro, social e político, não tenho dúvidas, nem pejo em afirmar que, não fora a desastrosa governação do PSD-M, quer nas Câmaras que no Governo Regional, a Madeira e os madeirenses hoje estariam muito melhor e não precisariam apertar tanto o cinto com a dupla austeridade. -----

Senhores (as) Deputados (as) do PSD espero que tenham aprendido com a governação da Mudança. Agora irão assistir, nos próximos 4 anos, à confiança na consolidação do trabalho ate agora desenvolvido.” -----

**3 - O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP** relativamente àquele ponto, disse que o Grupo Municipal do CDS-PP, ressalva que de facto o resultado líquido do exercício de seis milhões de euros que aquela Câmara apregoa para o exterior, dever-se-ia notar mais do ponto de vista do investimento, porque há conjuntura de criar condições sociais e económicas às famílias do Concelho do Funchal e que deveria se reverter de forma positiva. -----

Como tal, colocou as seguintes questões: -----

- Onde é que se situa a qualidade de vida dos Funchalenses, quando há uma diminuição de dívida de doze milhões de euros? -----
- Onde é que se situa a qualidade de vida dos Funchalenses, quando há uma redução de zero vírgula oito milhões de euros de passivos financeiros? -----
- Onde é que se situa a qualidade de vida dos Funchalenses, quando há uma taxa de execução de receita de noventa e quatro por cento? -----
- Onde é que se situa a qualidade de vida dos Funchalenses, quando a taxa de execução e da despesa é de noventa vírgula dois por cento? -----
- Onde é que se situa a qualidade de vida dos Funchalenses, quando dizem que a redução de dívida é astronómica e não se reflete na qualidade de vida dos mesmos? -----
- Para que projetos e para que âmbito foi destinado o valor de meio milhão de euros do



Paulo Bettencourt

Fundo de Turismo de Portugal para a Câmara Municipal do Funchal? -----

- Se outros Municípios poderiam ser contemplados com aquela verba do Fundo de Turismo de Portugal, como por exemplo Santana, que é um concelho de Turismo da região norte da Madeira? -----

Depois, referiu que a diminuição que aparece na Conta de Gerência, não é mencionada na execução do Plano Plurianual de Investimentos. -----

E como a Função Social, segundo o relatório de Gerência da Câmara Municipal do Funchal, *é um conjunto de projetos que atendem à satisfação de necessidades nas áreas de habitação*, constatam que na presente Conta de Gerência, a nível da Habitação na execução financeira do ano de dois mil e dezasseis, existe uma redução referente ao ano de dois mil e quinze, que era de quatrocentos e trinta e quatro milhões duzentos e vinte mil euros, enquanto em dois mil e dezasseis aparece o montante de oitocentos e oitenta e oito mil oitocentos e dois euros. -----

Contudo, por darem o benefício da dúvida a quem governa, aquele Grupo Municipal irá abster-se sobre a Conta de Gerência de 2016, esperando e salvaguardando que se tiverem respostas objetivas concretas e materializadas, os Funchalenses é que ficarão a ganhar. -

**4 – O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** começou por dizer que analisando a última Conta de Gerência daquele Executivo, podem concluir muitas coisas sobre o que foram aqueles três anos. -----

Assim, tal como já disse e volta a afirmar, aquela Câmara Municipal fez uma gestão de condomínio. Ou seja, fez uma gestão de poupar nas despesas, baixar a dívida, tentar pagar o mais barato possível e de gastar apenas aquilo que é preciso com o dinheiro que têm, que é como quem, diz *vamos trocar a lâmpada, arranjar a porta da entrada, colocar uma caixa de correio nova*. -----

Porém, fizeram muito pouco em investimento e em evolução e melhoria das condições de

vida das pessoas que habitam naquele grande condomínio. Pois aquele, em percentagem do investimento médio dos últimos três anos em proporção do valor total do orçamento, baixou a média de investimento dos últimos trinta anos da Cidade do Funchal. -----

Depois referindo-se ao discurso do Senhor Deputado Juvenal Rodrigues, contrariou-o quando o mesmo diz que graças ao investimento feito na Cidade têm taxas de execução de noventa e quatro por cento, porque quando detêm um orçamento baixo em que não preveem investimento mas apenas a despesa, é fácil cumprir taxas de execução. -----

De seguida, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores (as) Vereadores (as) disse que não é grande valia de qualquer Câmara reduzir dívida que é possível pagar, porque basta haver controlo na despesa, não investir e pagar com a receita que se recebe. Difícil, é conseguir dívida que é possível pagar e descobrir o que é que são os investimentos importantes para uma Cidade. -----

os senhores têm o exemplo da água, a média de investimento na rede pública de água em baixa, nos últimos 4 anos do PSD superou os 40 milhões de euros, esta Câmara nos 2 primeiros anos em que houve números não chegou aos 8 milhões de euros de média e por isso é que provavelmente há as perdas de água que há e por isso é que provavelmente é que têm que aumentar a despesa a pagar à ARM, é porque gastam mais água. Estamos com cerca de 60% de desperdício de água e é por isso que provavelmente a despesa perante a ARM pode não baixar. -----

Mas isto para quem não está atento e é incrível como é que o Diário de Notícias vai atrás destas coisas, esta vereação veio se envaidecer no final do ano passado que tinha liquidado uma dívida de há vários anos desta Câmara e que foi esta vereação que liquidou o plano de pagamentos ou uma dívida perante a ARM e a EEM. -----

Ora bem, quem é que definiu, quem é que assinou, quem é que autorizou, quem é que acertou o plano de pagamentos à ARM e à EEM? – A anterior vereação do PSD. -----



Esta vereação limitou-se a cumprir o plano, conseguiu antecipar o pagamento, a sua estratégia é pagar dívida e pagou mais cedo do que devia. Não é uma boa notícia para a Cidade, as notícias boas para os cidadãos e vocês sabem o que se passa na cabeça das pessoas e as pessoas que não ligam a política como nós que estamos aqui e o que elas querem saber e refletem na sua decisão na altura de votar, ou é na cara da pessoa e na simpatia que tem por esta ou por aquela razão e é muito pessoalizado ou é pela obra, pelos investimentos e pela resolução dos seus problemas e esta Câmara pode muito bem conseguir a primeira parte, mas na segunda parte verá de certeza os cidadãos penalizarem na altura do voto. -----

Esta Câmara e é bom muitas vezes e essa é a grande vantagem da alternância política, é que depois de passarem anos a criticar determinadas medidas e determinadas coisas da anterior vereação, quando agora lá chegam acabam por ter que fazer igual e fazem igual e isso é bom para perceberem que as coisas não são possíveis fazer como quando estavam na oposição e quando estão no poder veem que não é assim tão fácil, ou que nem sequer é possível nem exequível aquilo que criticavam e que é muitas vezes até injusto. -----

E falo por exemplo dos contratos-programa, vejo aqui alguns deputados que de certeza se lembram das críticas e de encherem a boca dos contratos-programa, que era a crítica dos contratos-programa nesta e em todas as outras Câmaras da Região, que as oposições que não eram dos PSD criticavam, "ingerência do Governo nas Câmaras Municipais... o Governo mete dinheiro e empresta às Câmaras para poder ter lá o seu dedo, para poder mandar, para poder inaugurar, para poder fazer campanha, para poder fazer obra usando os meios da Câmara e auxiliando as suas cores". Era a crítica que os contratos-programa deviam acabar, que o Governo Regional não tem nada que fazer contratos-programa, não tem nada que emprestar dinheiro às Câmaras porque isso é ingerência na vida das Câmaras e aproveitamento político. -----

Agora os contratos-programa diminuiram substancialmente ou terminaram, o que é que o Senhor Presidente da Câmara, Paulo Cafôfo, vem criticar o Governo Regional? – De não fazer contratos-programa com esta Câmara, portanto aquilo que passaram anos a criticar que não devia acontecer, deixou de acontecer e agora criticam que também querem. -----

Meus senhores ou anda toda a gente distraída ou ninguém se apercebe o que é que se escreve e se diz ou tem memória muito curta para não perceber que isto não passa de política partidária, procura de votos e de facto a pensar que as pessoas têm memória de passarinho e é por isso que estas coisas vão passando incólumes, mas esperemos que na altura de porem a cruzinha que as pessoas se lembrem do que se passa. -----

Senhores deputados, o senhor vereador acabou na sua intervenção de mencionar a melhoria dos rácios em comparação com 2015 e mencionou dois deles, a liquidez geral e a liquidez reduzida. Isso basicamente significa a capacidade ou aquilo que a Câmara tem nos seus cofres disponível para pagamentos e para despesas imediatas, é a liquidez, como há a liquidez de uma empresa também há a liquidez de uma Câmara. -----

Mas nós temos que comparar não é só com 2015 e por isso é que eu falo nos 3 anos desta Câmara, nós temos que comparar é com 2013 e vamos olhar para estes dois rácios em 2013, rácio de liquidez geral piorou de 83 para 73%, rácio de liquidez reduzida piorou de 75 para 67%, autonomia financeira evoluiu apenas 4 pontos percentuais, dependência financeira piorou de 22% para 17%. -----

Ou seja esta Câmara não investiu, reduziu o seu investimento, vangloria-se de ter pago dívida que foi deixada anteriormente mas os rácios não melhoraram na mesma proporção. Para tanta poupança, para tanto desinvestimento os cofres deviam de estar cheios e os rácios deviam de ser muito melhores, deviam de ser o dobro do que nós deixamos. Mas não são, alguns deles pioraram. -----

Obras e investimentos que esta Câmara deixou e são aqueles de maior paragona, duas



delas os senhores já não se lembram, porque já passaram 3 anos, quais foram as obras mais emblemáticas e investimentos que esta Câmara inaugurou e fez questão de fazer propaganda? – O Lido, com os problemas em termos até de placas que nós conhecemos, sabendo que é uma obra lançada pelo PSD e que esta Câmara ou outra qualquer, tinha que cumprir, era inaceitável que qualquer Câmara que aqui estivesse ainda por cima com os apoios comunitários que aquela obra teve, o que faltava era que não cumprisse com aquela obra, essa é uma das grandes obras, se não a maior, desta vereação. -----

Segunda grande obra, a promenade da ciclovia que inauguraram na Estrada Monumental, obra lançada pelo PSD. -----

Depois tiveram a grande obra do arruamento do Poço Barral, mas limitaram o investimento de uma Câmara por inaugurar passeios no Poço Barral e uma Capela no Monte é manifestamente pouco para uma Cidade com quase 120 mil habitantes. -----

Vamos ao terceiro tópico sensível em relação à dívida, uma das grandes percentagens dentro da dívida que a Câmara do PSD tinha era investimento em habitação. Quando o Senhor Vereador herdou o mapa das dívidas da Câmara o que lá tinha mais peso era Habitação e PAEL. Os senhores estiveram 3 anos sem fazer nada em termos de investimento de habitação, é um facto não é a minha opinião, mas agora, sabe-se lá porquê, no último ano lá vão fazer investimento em habitação, com o qual nós concordamos e subscrevemos, tanto que era uma das estratégias e prioridades do PSD quando estava na Câmara. Mas aquilo que criticavam da dívida, agora esta Câmara vai aumentar novamente a dívida para fazer habitação, temos 3 empreendimentos, os 8 fogos da Quinta Falcão, os 30 dos Viveiros. Parabéns senhor presidente, nós concordamos com essa política, discordamos é que quando se chega à Câmara e se critica a dívida que existe por habitação, depois deixa-se de investir e quando se retoma o investimento no último ano vamos fazer justamente a habitação que criticávamos que existia. -----

Portanto senhor Presidente é claro da nossa parte aquilo que são as suas ideias em relação aos últimos 3 anos e provavelmente aquilo que tem programado para apresentar aos funchalenses. -----

Senhor presidente, não estão cá mais 3 vereadores e uma presidente da Assembleia, sabemos as razões mas eu lembro-me bem, em 1º obviamente das pessoas, mas também porque cá estava na primeira Assembleia que se discutiram, as contas de 2013 e a Vereadora das finanças, Dra. Filipa Jardim Fernandes, na altura fez uma cena por causa de uma reserva que as contas de 2013 tinham na certificação legal de contas desta Câmara, porque achava inadmissível e de uma incompetência, não percebia como é que era possível que uma Câmara tivesse uma reserva em que diz que não foi possível recolher respostas dos Advogados e das cartas enviadas pela Câmara. Disse que ia acabar com isso, que isso não podia acontecer, que isso não era digno de uma Empresa muito menos de uma Câmara e que ia resolver esse problema nos anos seguintes. -----

Não pôde ser ela a resolver, mas veja-se senhores deputados e senhor presidente o que diz o ponto 3 da certificação legal de contas deste ano, "em virtude de não termos obtido a totalidade das respostas dos advogados...". Senhor Presidente, das duas uma, ou a Senhora vereadora na altura, que penso que respondia sob a sua alçada, reconhece hoje que não é possível fazer melhor do que o PSD fazia nesta matéria e que de facto aquilo que criticavam, hoje têm de dar o braço a torcer que de facto não é possível fazer melhor e vamos continuar com esta reserva porque não é possível obrigar ninguém a responder, ou que não é possível sequer se calhar até citar todos ou a outra hipótese que os senhores foram incompetentes e não conseguiram resolver este problema. Das duas uma, ou aceitam que os que estava antes estava bem feito, porque os senhores não conseguiram fazer melhor ou se tentaram fazer melhor não resolveram e foram incompetentes porque continuam aqui as reservas, todos os anos as mesmas. -----

*Paula Beltrã*  
H. J.

E inclusive também a questão da reavaliação do património que sempre criticavam, que a Câmara não conseguia sequer saber o que é que tinha, valorizar os prédios de que era dona, que se calhar não sabia sequer que casas é que tinha e que há os critérios de reavaliação que não conseguíamos apurar a sua aplicação condigna. Eu que sei o que é uma certificação legal de contas e uma reavaliação patrimonial sabia que eram críticas infundadas e injustas e aqui está senhores deputados passados 3 anos continua a mesma reserva, desta vez de outros auditores a apontar o mesmo problema. -----

Por isso que eu digo que muitas vezes é bom a rotatividade política para que aqueles que criticavam agora estão sentados e veem que não conseguem fazer melhor e a ver se algum dia acontecer voltarem a sentar-se deste lado, se vão voltar a criticar ou se vão aceitar e perceber porque é que muitas vezes as coisas são como são. -----

Senhor presidente eu apenas terminava lembrando, porque não tenho memória de passarinho, mais uma medida desta Câmara que considero que em termos de receita e orçamental foi um flop. Refiro-me ao término e à não reabertura de um concurso de concessão da exploração dos parques de estacionamento da cidade do Funchal, esta Câmara achou que se fosse ela a explorar os estacionamentos que conseguiria mais receita e fazia uma gestão melhor dos seus parques de estacionamento. -----

Em primeiro lugar foi obrigada a incorporar trabalhadores que herdou dessa empresa, para eles muito bom, para a Câmara que também nos criticava que era uma Câmara excessiva em termos de número de trabalhadores prejudicou esse número, embora numa empresa municipal. -----

Em segundo lugar esta Câmara cobrou menos receita do que cobrava quando havia uma concessão, ou seja, a Câmara ganhava mais dinheiro sem ter trabalho, tendo uma concessão, um concurso público internacional aberto, a pagar mensalmente uma taxa e a empresa geria ela os parques de estacionamento do que sendo a Câmara a gerir. -----

Por último e para terminar e para perceberem o exemplo que também deixou de ser eficaz, é que a presença dos fiscais é muito menor depois de este executivo ter tomado posse, quando antes era uma empresa privada a presença deles era muito mais assídua e eu já disse nesta Assembleia, e agora passados 3 anos volto a afirmar que ainda não me cobraram o valor do suposto estacionamento que eu não paguei, eu estacionei e deveria de ter posto a moeda mas decidi não por de propósito para perceber qual seria a eficácia da Câmara a cobrar, guardei o documento e quando chegar ao fim do mandato eu virei aqui à Câmara pagá-lo, até agora não recebi qualquer comunicação, qualquer cobrança, qualquer documento, não recebi nada passados 3 anos. -----

Sei que antes quando isto acontecia com a empresa privada, tínhamos logo no tablier o código do multibanco para pagar e nesse meu documento não vem esse multibanco para pagar, eu vou ter de me dirigir à Câmara para poder pagar e por último sabemos também que passados uns dias recebíamos a multa em casa num valor muito superior, se não tivéssemos liquidado a dívida. -----

Ora já passaram 3 anos e eu continuo a aguardar a cobrança dessa multa do valor com juros, isto senhor presidente, senhores vereadores e senhores deputados é um exemplo que a eficácia da cobrança da receita dos estacionamentos não é o que era quando era uma empresa privada, e o PSD continua a considerar que cada macaco no seu galho e se existem empresas privadas que conseguem e sabem explorar melhor esse negócio, porque não concessionar? A Câmara define os trâmites e recebe uma receita sem ter mais custo e mais trabalho. -----

Mais um exemplo da má gestão, da diminuição da cobrança de receita e daquilo que são as estratégias que no fundo não percebemos bem quando se diz que o que queremos é defender as pessoas e o bem para as pessoas mas depois na prática estratégias que não são consonantes com esse desígnio. -----



*Paulo Bettencourt*

Continuou por dizer que embora estejam a analisar a última Conta de Gerência deste Executivo, porque naturalmente a próxima já será com outro Executivo seja ele qual for, podem concluir muitas coisas sobre o que foram aqueles três anos e as três Contas de Gerência que ali apresentaram. -----

Senhor presidente eu apenas terminava lembrando, porque não tenho memória de passarinho, mais uma medida desta Câmara que considero que em termos de receita e orçamental foi um flop. Refiro-me ao término e à não reabertura de um concurso de concessão da exploração dos parques de estacionamento da cidade do Funchal, esta Câmara achou que se fosse ela a explorar os estacionamentos que conseguiria mais receita e fazia uma gestão melhor dos seus parques de estacionamento. -----

Em primeiro lugar foi obrigada a incorporar trabalhadores que herdou dessa empresa, para eles muito bom, para a Câmara que também nos criticava que era uma Câmara excessiva em termos de número de trabalhadores prejudicou esse número, embora numa empresa municipal. -----

Em segundo lugar esta Câmara cobrou menos receita do que cobrava quando havia uma concessão, ou seja, a Câmara ganhava mais dinheiro sem ter trabalho, tendo uma concessão, um concurso público internacional aberto, a pagar mensalmente uma taxa e a empresa geria ela os parques de estacionamento do que sendo a Câmara a gerir. -----

Por último e para terminar e para perceberem o exemplo que também deixou de ser eficaz, é que a presença dos fiscais é muito menor depois de este executivo ter tomado posse, quando antes era uma empresa privada a presença deles era muito mais assídua e eu já disse nesta Assembleia, e agora passados 3 anos volto a afirmar que ainda não me cobraram o valor do suposto estacionamento que eu não paguei, eu estacionei e deveria de ter posto a moeda mas decidi não por de propósito para perceber qual seria a eficácia da Câmara a cobrar, guardei o documento e quando chegar ao fim do mandato eu virei aqui

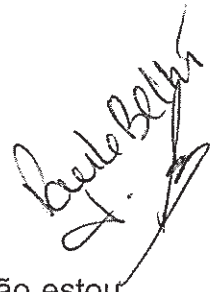
à Câmara pagá-lo, até agora não recebi qualquer comunicação, qualquer cobrança, qualquer documento, não recebi nada passados 3 anos. -----

Sei que antes quando isto acontecia com a empresa privada, tínhamos logo no tablier o código do multibanco para pagar e nesse meu documento não vem esse multibanco para pagar, eu vou ter de me dirigir à Câmara para poder pagar e por último sabemos também que passados uns dias recebíamos a multa em casa num valor muito superior, se não tivéssemos liquidado a dívida. -----

Ora já passaram 3 anos e eu continuo a aguardar a cobrança dessa multa do valor com juros, isto senhor presidente, senhores vereadores e senhores deputados é um exemplo que a eficácia da cobrança da receita dos estacionamento não é o que era quando era uma empresa privada, e o PSD continua a considerar que cada macaco no seu galho e se existem empresas privadas que conseguem e sabem explorar melhor esse negócio, porque não concessionar? A Câmara define os trâmites e recebe uma receita sem ter mais custo e mais trabalho. -----

Mais um exemplo da má gestão, da diminuição da cobrança de receita e daquilo que são as estratégias que no fundo não percebemos bem quando se diz que o que queremos é defender as pessoas e o bem para as pessoas mas depois na prática estratégias que não são consonantes com esse desígnio. -----

**5 – O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente** o deputado Rui Cortez falou na tal reserva sobre a informação dos advogados, que eu já levanto há muitos anos, e mesmo sem a informação dos advogados a Câmara sabe os montantes que estão em jogo porque em todos os processos vem explicito os pedidos de indemnização. Portanto é fácil de quantificar, claro que ninguém sabe o resultado nem os advogados podem dizer, mas quantificar em teoria não é difícil. Mas eu vejo que há aqui uma certa sintonia e que de facto por alguma razão as sucessivas vereações preferem ocultar ou não divulgar quais



que se estabilize esta situação e eu já ouvi isto de diferentes intervenientes, eu não estou a dizer que alguma está certa ou errada, o que eu já ouvi é que vindas da mesma direção já ouvi versões completamente diferentes, mas isto é apenas uma questão. -----

O senhor deputado também na sua intervenção fala que o PSD foi responsável pela quadruplicação da dívida, eu quero dizer e informar e isto é patente que a mesma redução que foi feita, partindo do pressuposto que o valor da dívida era 95 milhões de euros, e agradeço que tomasse nota que a última governação do PSD também promoveu ela própria uma redução de 25 milhões de euros da dívida e o senhor deputado estava cá ao longo dos outros mandatos e sabe perfeitamente ciente disto. -----

Também gostaria de lhe dizer que há uma Lei de Finanças Locais e que essa Lei de Finanças Locais define exatamente o que é a situação de equilíbrio financeiro, quais são os limites de endividamento, como é que se calculam, quais são os indicadores de aviso de que a situação das contas da Câmara está a derrapar, quando é que a Câmara está numa situação de rutura e o senhor vereador corrigir-me-á se eu estiver errado, esta Câmara nunca esteve em situação de pré-aviso de rutura financeira, de rutura financeira, que esteve sempre com capacidade de endividamento de curto prazo à média de 3,5 milhões de euros que em termos de capacidade de endividamento de médio e longo prazo também teve, e que tudo isto feito ao mesmo tempo que se fazia investimento. -----

Mais há aqui outro aspeto o que importa realçar como todos os senhores vereadores e senhores deputados municipais como sabem esta Câmara candidatou-se ao PAEL e está patente na lei que esse programa de apoio é constituído por dois programas. -----

Programa 1 que é para as Câmaras em situação de desequilíbrio e em situação de rutura e o Programa 2 para as restantes Câmaras. A Câmara Municipal do Funchal concorreu a esse programa tais como outras dezenas de Câmaras do País, mas ela foi incluída no Programa 2, das restantes não uma Câmara em rutura financeira nem em desequilíbrio, o

são os montantes, escudando-se atrás deste tal procedimento de pedir aos advogados, quando têm eles próprios essa informação. -----

Só um pequeno esclarecimento ao senhor vereador, quanto à publicidade eu gostaria de perguntar mais uma vez, nessa rubrica de publicidade, qual é o montante para publicidade obrigatória? E qual para a publicidade “voluntária”? -----

Também gostaria de saber em que rubrica é inserida as deslocações dos jornalistas do Continente para virem cobrir ações da Câmara? -----

**6 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** em relação a este documento que tem a ver com a Prestação de Contas eu ouvi atentamente as diferentes intervenções e chamou-me à atenção a intervenção do Senhor deputado Juvenal Rodrigues, e em relação a essa intervenção tenho a acrescentar o seguinte: os senhores falam e ostentam como sendo de facto um mérito imenso por parte desta Câmara a diminuição gritante e avultada da dívida. Mas eu diria em primeiro lugar que é preciso que os senhores se entendam sobre o qual o valor da dívida, porque da mesma maneira que o Partido Socialista em relação à dívida da Madeira, começou por dizer que essa dívida era de 2,8 mil milhões de euros, essa dívida passados alguns meses passou para 5 mil milhões de euros, depois de algum tempo era 7 mil milhões de euros e acabou em 13 mil milhões de euros. Isto foi a evolução da dívida, como se sabe ela estabilizou por via da intervenção de entidades externas nos 6,6 mil milhões de euros, mas o Partido Socialista tem esta capacidade de criar cenários muito interessantes e é engraçado que essa mesma evolução, foi feita pela mesma pessoa nem foi por diferentes intervenientes e em relação aqui à dívida da Câmara também nós já tivemos oportunidade, especialmente nos últimos 6 meses de ver várias situações. -----

Ora o senhor vereador Miguel Gouveia fala num valor, e eu já ouvi nos últimos 6 meses 4 valores diferentes, já ouvi 95, 105, 100, 101 milhões de euros. Primeiro manda a boa gestão

*Paulo Bettencourt*

que atesta a situação da Câmara Municipal do Funchal. -----

Mais o programa apoiado à Câmara Municipal do Funchal foi o que mais rapidamente foi aceite. -----

Mais ao contrário do que se diz por aí, embora tenha sido um valor avultado, e estou a falar com base no anuário autárquico, imagine-se que existiram Câmaras de média dimensão, porque a do Funchal é considerada uma Câmara de grande dimensão, com valores superiores à Câmara do Funchal, portanto a situação catastrófica que se falava em relação à Câmara Municipal do Funchal, não era assim tão catastrófica. -----

Mais é de louvar que haja uma perspetiva de melhorar a situação de endividamento, mas, e eu inclusive já fiz esta crítica ao meu próprio Governo, não faz sentido uma entidade pública se arvorar em apresentar lucros porque não é para isso que existem as entidades públicas. As entidades públicas não são empresas, o objetivo principal de uma entidade pública não é dar lucro é servir a população, no máximo apresentar zero e repare eu demonstrei que a Câmara do Funchal tinha uma dívida grande, é um facto, mas que essa dívida não era uma dívida acima das suas possibilidades, os senhores também concordarão comigo que é verdade, nenhuma definição plasmada na lei enquadra a Câmara Municipal do Funchal numa situação ou de catástrofe ou de desequilíbrio financeiro ou de rutura financeira e tudo isto feito no passado com investimento. -----

Eu não discordo da opção de pagar dívida, o que eu discordo é da opção de só pagar dívida e apresentando capacidade de endividamento, tal como a Câmara do PSD apresentava capacidade de endividamento e fazia investimento e esta Câmara só tem capacidade de endividamento e não faz investimento, a grande diferença é essa e é esse o nosso ponto de discórdia. -----

Em relação às contas aqui apresentadas, por exemplo Senhor Vereador Miguel Gouveia eu não tenho duvidas absolutamente nenhuma em relação à sua capacidade de gerir os

destinos financeiros da Câmara e nem é isso que está em causa, agora não concordo com uma afirmação, a não ser que haja uma explicação que a minha pouca e fraca capacidade de entendimento não me permita atingir, mas o senhor na página 9 diz assim: "No tocante aos custos com o pessoal verificou-se uma proporcionalidade direta, face à redução do número de trabalhadores...", que eu saiba uma proporcionalidade direta é se um lado cresce um no outro lado cresce um e aqui temos um decréscimo do número de trabalhadores de cerca de 2%, e temos um acréscimo ao nível dos custos com o pessoal de 1,5%, portanto há uma proporcionalidade inversa, mas eu percebo que o facto de descenderem os trabalhadores não implica diretamente, agora a afirmação é que não pode ser feita desta maneira, é só este apontamento que eu gostaria de realçar. -----

Outra questão que foi aqui levantada e parece-me de liminar importância, quando eu analiso o mapa de aquisição de bens e serviços, em termos dos crescimentos que se vêm aqui e associando a taxa de crescimento ao valor absoluto do crescimento, porque há aqui taxas de crescimento brutais mas que se referem a valores absolutos muito baixos. Mas se associarmos a componente valor absoluto à componente percentagem eu fico admirado que dos valores que mais crescem são as deslocações e estadas, os seminários e exposições e a publicidade. -----

Existem outras percentagens mais altas mas existem também outras percentagens em termos de valores absolutos, eu apenas me refiro àquelas em que eu cruzo a relevância do valor absoluto com a percentagem que cresce. -----

Mais em termos da execução global do Plano Plurianual de Investimentos, aquilo que é um fator muito importante em que um dos maiores decréscimos que aqui é apresentado, excetuando os outros investimentos que eu não consigo me pronunciar porque está numa rubrica de generalidades, portanto em relação àqueles que eu consigo identificar é de realçar o decréscimo na área da habitação, cerca de 31%. -----

*Paulo Veloso*

Também é de realçar sendo esta uma das bandeiras principais deste executivo, a área social, um decréscimo de 30% nas funções sociais. Pode ter todas as explicações possíveis e imaginárias, eu acredito que sim, mas temos que convir que sendo esta a bandeira principal do executivo, não me parece que deva acontecer esta questão no que diz respeito à área social. -----

Da mesma maneira que outra das áreas, em que as nossas críticas são criticadas pela vereação e pela maioria da assembleia, que é quando nós levantamos as questões referentes aos espaços verdes em que há aqui uma diminuição de 95%, que em valor absoluto ainda se torna um bocadinho mais impressionante passando de 700 mil euros para 38 mil euros. -----

E ainda também sendo o mercado um dos elementos que mais tem sido veiculado como diferenciação em relação àquilo que existia, há aqui também uma quebra muito acentuada no que diz respeito aos mercados e feiras, em termos de percentagem 61% em termos de valor 85 mil euros. -----

E com isto de facto chegamos a um número que é apresentado na página 41, da margem que a Câmara tem de cerca de 43,6 milhões de euros e que de facto é uma margem que olhando só para ela, é uma margem que nos dá conforto mas eu gostaria de ver uma margem menor e um maior investimento. Eu gostaria de ver a capacidade, o ativo conseguido e o esforço conseguido por esta Câmara de facto em melhorar traduzido em mais investimento, sem que com isso tivesse prejudicado a sua política de rigor financeiro porque não prejudicaria, porque como já demonstrei nos gordos tempos do PSD em que essa gestão catastrófica era propalada pela oposição, nesses gordos tempos e durante essa gestão catastrófica a Câmara apresentou sempre margem de investimento portanto não era assim tão catastrófico como isso. -----

Em relação às estatísticas que o senhor deputado Juvenal Rodrigues falou, eu de facto

constatei e analisei essas estatísticas, nomeadamente já fiz referência ao anuário autárquico e de facto a Câmara do Funchal não é das melhores nem é das piores, é uma Câmara que manteve, embora tenha feito este esforço, mas esse grande esforço ao fim e ao cabo não se traduziu nessa melhoria dos rácios e se a gente for analisar o rácio, por exemplo eu gostaria de perceber ainda mais porque é que a Câmara do Funchal desceu tanto no rácio da transparência, ouvi uma explicação que isso teria também a ver com o facto de terem entrado novas Câmaras para essa estatística, portanto uma das razões teria sido a melhoria de muitas e a estabilização do Funchal. Ou seja o Funchal não que tivesse piorado em termos do seu indicador absoluto mas os outros todos teriam melhorado em função do Funchal, mas seja de uma maneira ou seja de outra penso que é premente analisar qual a razão de uma descida tão abrupta, tão violenta no ranking da transparência dos Municípios, isso é um facto aconteceu seguramente terá explicação mas era bom que essa explicação fosse aduzida em sede de Assembleia Municipal. -----

O senhor deputado Juvenal Rodrigues também falou numa Coligação de seis partidos que provou aguentar-se ao longo deste mandato, mas essa Coligação passou de seis para três e portanto esse aguentar, embora se tenha mantido do ponto de vista das maiorias há uma razão em termos de 50% desses partidos que apoiam essa mesma Coligação, portanto nesse aspeto também não há uma coerência. -----

Em relação ao aumento da água, penso que isso já foi aqui esclarecido e os esclarecimentos que já foram dados foram mais do que óbvios e portanto pouco mais há a acrescentar. -----

E finalmente o senhor deputado fez menção ao facto de nós PSD devermos aprender com aquilo que a Mudança e o executivo da Mudança fez, e aprender com os bons exemplos que foram aqui trabalhados ao longo destes 4 anos e faz depois uma afirmação em à parte que nos diz qual é a matéria que nós devemos aprender, isto não tem nada a ver com a





vereeção, quando o senhor deputado afirma pagar divida em investimento está tudo dito em relação aos elementos que nós devemos aprender. -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** vou começar pelo senhor deputado José Carlos Rodrigues e agradeço a vossa compreensão patente naquilo que foram as suas palavras, das dificuldades de implementação do último orçamento nomeadamente naquilo que diz respeito à execução do empréstimo contratualizado de 10 milhões de euros, que como já aqui foi referido não se pode furtar a todas as etapas de tramitação quer da parte da aprovação do próprio empréstimo, quer depois da contratação pública e de todos os vistos necessários pelas entidades competentes, neste caso pelo Tribunal de Contas, para poder colocar as obras no terreno. -----

Portanto o baixo investimento patente nesta prestação de contas de 2016 também reflete essas dificuldades, como já foram aqui salientadas são dificuldades comuns a todas as instituições que tem de se reger pelo código de contratação pública. -----

Depois passando ao senhor deputado Gonçalo Pimenta que refere que o resultado líquido no exercício foi de 6 milhões de euros, e como é que isto se reflete na qualidade de vida dos funchalenses? Porquê que não se aplicam esses 6 milhões de euros na qualidade de vida dos Funchalenses? -----

Em primeiro lugar deixe-me aqui separar duas questões que têm que ver com conceitos conceptuais, que é o resultado líquido é uma análise patrimonial, o saldo de gerência é uma análise orçamental, se ma tivesse perguntado porquê que não se aplicou aqueles 3 milhões de euros que vamos falar no ponto seguinte do saldo de gerência? Aí tinha alguma lógica e eu teria explicado que esses 3 milhões de euros em virtude de terem sido transferidos no final do ano transato, não tivemos oportunidade de os aplicar, nomeadamente e agora respondendo a outra questão que também entroncou na sua preleção, nomeadamente no Fundo de Turismo, que como sabemos foi assinado no fim do ano e a transferência só foi

feita também em dezembro dos 500 mil euros e que são obras e investimentos que vão ser feitos este ano, e posso-lhe adiantar que figurará no plano da prestação de contas que já não será este executivo a defender em 2017, será o próximo executivo seja ele de que cor for, esse Fundo de Turismo foi e será para esta Câmara, não é para o executivo, venha quem vier gerir os destinos da capital da Madeira em 2017 terá esse dinheiro para poder aplicar no Funchal. -----

Portando os 6 milhões de euros são uma análise patrimonial, ou seja refletem as diferenças entre proveitos e custos dadas as provisões que foram feitas quer na parte dos proveitos que as tivemos como na parte dos custos que também aprovisionamos cerca de 3 milhões de euros em custos, criamos provisões nesse montante. Isto é o resultado patrimonial daquilo que foi o exercício especializado em 2016, portanto não é o dinheiro que temos em caixa, a liquidez que temos para investir. -----

E depois pergunta-me como é que as práticas de boa gestão financeira como é que isso se reflete na qualidade de vida dos funchalenses, ora os funchalenses são em terminologia de gestão, são os nossos acionistas, são em última análise os nossos munícipes que terão de pagar as nossas dívidas quer de ter benefícios da nossa saúde financeira para o investimento. Portanto a qualidade de vida está logo à partida, pode não ser divisão direta mas sabemos nós que temos uma responsabilidade de gestão e temos que saber olhar para além do óbvio, sabemos que em última análise eles serão beneficiados e já estão a sê-lo na redução tributária que nós temos vindo a aplicar, nomeadamente em IMI e em devolução de IRS. -----

Do Fundo de Turismo, isto foi negociado com o Funchal, este dinheiro não foi retirado a nenhuma Autarquia da Região, este dinheiro é do Fundo de Turismo a nível Nacional e é uma percentagem das verbas do jogo, parte da percentagem do Casino da Madeira é gerido pelo Governo Regional e há uma pequena percentagem de todo o jogo do País que vai



para o Fundo de Turismo, nós aqui no Funchal conseguimos receber uma parte desse montante do Fundo de Turismo para aplicar em zonas afetadas pelos incêndios. -----

Eu penso que Santana não foi e ainda bem afetada pelos incêndios e espero que se alguma vez tenha algum tipo de flagelo possa continuar a contar com a mesma solidariedade com o Governo da República, como este Município contou. -----

Em relação à Habitação e foi uma questão comum, porquê que a habitação reduziu de 434 para 288 mil euros? Isto obviamente reveste-se com aquelas obras de fundo que são feitas em alguns bairros e uma vez que tínhamos alguns bairros planeados para serem lançados já este ano, houve uma dotação superior para o investimento em habitação social com a construção de novos bairros e isso refletiu-se nesta ligeira redução de aplicação. -----

Em relação ao deputado Rui Cortez que tem sempre uma abordagem muito mais transversal de toda a Prestação de Contas, quer em termos de relatório quer em termos temporais e até teve aqui a sua intervenção foi-nos lembrar alguns rácios de 2013, mas recorde que 2013 quando diz que a liquidez no Funchal era uma liquidez que faria invejar muitas Câmaras, ora essa liquidez adveio precisamente do dinheiro dos 28 milhões de euros do PAEL que foram emprestados ao Funchal. Portanto é preciso contextualizar o que é essa liquidez, neste momento a nossa liquidez é acompanhada por um grau de autonomia financeira. -----

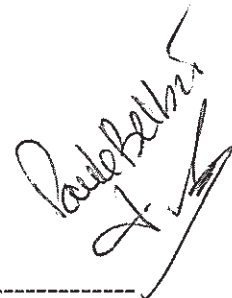
Falando no menor investimento dos últimos 30 anos em percentagem do orçamento, nós tivemos oportunidade de propor, antes da execução deste orçamento, ao Governo regional 10 contratos-programa no montante de 4,4 milhões de euros. Na altura que isso foi aqui discutido em sede de orçamento dissesse que calma que nós vamos trabalhar junto do Governo, o próprio secretário disse que ia ver na construção do seu próprio orçamento se poderia anuir algum contrato-programa, ora o resultado foi zero e nestes 30 anos de investimento que você faz a sua análise, a Câmara do Funchal teve 71 milhões de euros

em contratos-programa pelo Governo Regional, sem contar com os contratos que eram feitos com o Governo Regional, nomeadamente a novel de pavimentações e deve-se recordar daquilo que se passava na altura em que as Câmaras diziam que precisam de determinadas áreas para serem pavimentadas e o contrato do Governo é que fazia essas pavimentações fora destes contratos-programa. -----

Portanto a falta de investimento eu gostava eu de ter esses investimentos, gostava também de ter acesso aos investimentos do anterior quadro comunitário de apoio que neste momento estão praticamente interditos os investimentos em infraestruturas com este novo quadro de apoio, exceção feita à via rápida para o Estreito. No entanto tivemos estes 3 anos uma mudança entre dois quadros, entre o QREN e o Madeira 14-20, que levou ao atraso de algumas candidaturas, inclusive ao fecho de alguns avisos e também não podemos estar alheios à passagem por três administrações diferentes da nossa autoridade de gestão regional que vai agora já na terceira administração e que como sabemos leva todo o seu tempo para se adequar aos dossiês, os técnicos continuam a trabalhar mas os avisos foram fechados por manifesta escassez de recursos humanos. -----

Disse também que devemos criar dívida e pergunto-lhe eu como é que se cria dívida? – A forma que eu conheço de criar dívida é pedir emprestado, a forma legal, é contratualizar o empréstimo, a forma que encerra práticas menos boas será deixar de pagar fornecedores e posteriormente acordos de pagamento ou aguardar algum resgate da República ou de outra entidade qualquer, transformando dívida comercial em dívida financeira, portanto na prática acabamos por contrair o empréstimo de natureza financeira mas por degradação do nosso relacionamento comercial com os nossos clientes. -----

Em relação à ARM e à EEM vou recordar-lhe que os acordos de pagamento já foram aprovados nesta Assembleia neste mandato. Os acordos da ARM foram negociados pelo anterior Vereador e o acordo com a EEM foi negociado e assinado pela Vereadora Filipa



Jardim Fernandes em dezembro de 2013. -----

Em relação à dívida ser maioritariamente de habitação, não é verdade. Houve investimento de habitação até 2010, já tivemos oportunidade de falar disso aqui. O IHRU entretanto fechou o financiamento para a habitação social e o que aconteceu antes de 2010, tinham 10 milhões de euros de resgates do Pagar a Tempo e Horas, em 2009 7,5 milhões de euros do PRED, mais um resgate, em 2010 2,7 milhões de euros de um acordo de regularização de dívida com a VALOR AMBIENTE, em 2011 um acordo com a IGA de mais 1 milhão de euros, em 2012 foi assinado o PAEL de 28,4 milhões de euros mais um resgate e em 2013 foram assinados 18 milhões de euros em acordos de pagamento que foram depois ratificados já por esta Assembleia, sendo que existiam ainda outros 3 milhões de euros que não chegaram a acordo de pagamento e foram sim feitos planos de pagamento que já estão liquidados, nomeadamente com a José Avelino Pinto e com a MC Computadores. -----

Portanto como vê não foi só dívida de investimento, houve muita dívida que foi e que configurava uma prática que eu considero reprovável, não acho que é esta forma que uma entidade pública deve gerir as suas contas, que é transformar sistematicamente dívida comercial em dívida financeira, é uma mau exemplo para todos os Tec Holders e é para os nossos fornecedores algo que gera descrédito para a própria Câmara, e ainda bem e acho que mantenho tudo aquilo que fizemos nesta área de manter os pagamentos em dia com todos os fornecedores. -----

Em relação às reservas que falou, da avaliação do imobilizado, a avaliação que se fala é do domínio público não é dos edifícios como falou, é a avaliação de quanto é que vale a Praça do Município? E esse tipo de reserva encerra sempre uma subjetividade. Quem analisa percebe que entre o custo para retirar aquela reserva é muito superior ao benefício que daí advirá, porque na prática nós não vamos poder penhorar nem hipotecar a Praça do Município. -----

Em relação à outra reserva, que é a reserva dos Advogados e também respondendo à questão levantada pelo Deputado Eduardo Welsh, este ano conseguimos que todos os Advogados nos respondessem com a exceção de um, que é o Advogado Alves Teixeira que tinha uma avença com a Câmara e que mantém muitos processos e que diz que não consegue em tempo útil juntar, mas isto sistematicamente, e os próprios Revisores disseram-nos que se ele conseguisse entregar retiravam essa reserva. Ele não conseguiu, portanto fica a informação prestada. -----

Ainda ao deputado Eduardo Welsh, esta questão sobre as informações dos Advogados e daquilo que está a ser controvertido, eu recordo que no orçamento de 2017, já no de 2016 tínhamo-lo feito, nós inscrevemos uma tabela com todos os montantes controvertidos. Aqui na prestação de contas não é habitual inscrevermos aqui ou mostrarmos essas tabelas, mas no orçamento vem lá a tabela com todos os processos que estão em Tribunal e os montantes que estão a ser controvertidos ou discutidos em Tribunal. -----

Em relação à questão da publicidade obrigatória e da não obrigatória, não tenho essa informação no momento, mas fica o meu compromisso de lhe enviar assim que tiver disponível essa informação. -----

E finalmente respondendo ao Deputado Carlos Rodrigues, começando sobre a sua dúvida dos números da dívida, os números da dívida à entrada deste Executivo em outubro de 2013 foram de 101.233 mil 415,79 euros. Em relação ao limite de endividamento, como referiu e bem, é estabelecido pela Lei das Finanças Locais, que até 2013 existia uma Lei e em 2013 entrou em vigor a Lei 73/2013, o Regime Financeiro. O Regime Financeiro veio alterar o método de cálculo do limite de endividamento que agora é de uma vez e meia a média das receitas correntes líquidas dos últimos 3 anos, por isso temos 103 milhões de euros de limite de endividamento. -----

Até 2013 a Lei das Finanças Locais estabelecia qualquer coisa do género, um vírgula vinte

Paulo Belbin  
A. /

e cinco vezes a média das receitas correntes, acontece que desde que nós estivemos sob o plano de ajustamento com a Troika em 2010/2011, os Orçamentos de Estado, que como também é uma lei que configura uma hierarquia superior às outras, vinha estipulando limites ao endividamento dos Municípios abaixo daquilo que estava estipulado na Lei de Finanças Locais, e o Município do Funchal cumpria com alguns desses requisitos pelo qual deveria se estipular ou se reger pela margem do limite de endividamento que vinha do Orçamento de Estado e não pelo da Lei das Finanças Locais. -----

Como tal houve alguns anos em que foi ultrapassado o limite de endividamento por essa via, e eu percebo que não se consegue cumprir uma Lei só porque ela começa a existir, é preciso uma adaptação e é por isso também que nós estamos em desacordo com a ARM por causa das questões da água. Portanto essas questões do limite ao endividamento não era assim um mar de rosas. -----

Em relação aos espaços verdes à redução isso deve-se a alguns Fundos Comunitários que tivemos para reflorestação em 2015 e no ano passado não existiram, como sabe neste momento estamos e isto não é só uma questão do Funchal, é uma questão da própria Região, estamos a negociar com a República para conseguir reflorestar em áreas ardidas porque os Fundos Comunitários não participam um segundo financiamento à reflorestação na mesma zona, portanto tem que ver com essa questão. -----

As Funções Sociais terem decrescido 30%, recordo que o Lido uma vez que é classificado como Desporto que é uma subcategoria das Funções Sociais, o Lido é classificado aqui em 2016. -----

Em relação ao índice de transparência o Anuário estatístico não fala, o índice de transparência municipal é um índice criado por uma plataforma cívica e tem que ver com uma análise exclusiva à informação que está disponível no nosso site. E o nosso site, como também o Presidente da Câmara já teve oportunidade de dizer, está neste momento no

limiar do lançamento do novo site, estamos sempre a atualizar um conjunto de conteúdos e eu presumo que dentro em breve teremos toda a informação que é analisada por essa plataforma cívica disponível no nosso site. -----

Em relação ao aumento da água eu gostaria também aqui de dizer que o aumento da água não é pelo facto do Funchal ter 60% de perdas. O Funchal, dentro das Câmaras da Região é provavelmente aquela que tem menos perdas e podem confirmar isto com a ARM, que sabe muito bem que quanto maior é o declive, maior é o número de perdas, por exemplo a Ribeira Brava tem perdas substanciais a rondar os 80%, Santa Cruz também tem perdas acima dos 70%, qualquer das formas a Madeira historicamente tem perdas muito elevadas e isto deve-se a um fator histórico, que há 20 anos a água era gerida de alto a baixo pelos Municípios. Os Municípios não pagavam pela matéria-prima, pela água, e não havia uma motivação para o investimento e isto reconhecemo-lo em qualquer lado. -----

Neste momento há uma motivação que é o preço para poder investir na rede, no entanto aquilo que está na origem da nossa divergência de números com a ARM, tem que ver com os processos que nós temos em Tribunal com a ARM, não tem nada a ver com as perdas. É porque a ARM fez em 2014 um aumento unilateral da água sem consultar, como agora fez cumprindo o ato devido, a Câmara do Funchal e sem a devida fundamentação económica para o novo tarifário. Como tal esse aumento foi contestado judicialmente pela Câmara evitando que tivéssemos de refletir também no nosso tarifário, e recordo que o tarifário do Funchal mantém-se igual àquele que existia em 2013, nós não aumentamos 1 cêntimo do tarifário aos nossos consumidores, a divergência portanto reveste-se com essas questões. A ARM tem um entendimento que o aumento de 2014 foi válido e nós temos um entendimento que aquele aumento é nulo, como tal para nós é um aumento de 24 para 28,5 cêntimos, para eles é um aumento de 27 para 28 cêntimos, daí explica-se esta divergência nos números e vamos continuar a defender os nossos consumidores e a investir também



Paulo Beltrão  
D. J. B.

nas redes que infelizmente apesar de não existir os Fundos Comunitários que existiam no anterior quadro, temos que usar o orçamento municipal e é isso que faremos para diminuir as perdas na rede. -----

--- Não havendo mais inscrições o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à **Votação do Ponto dois – Documentos de Prestação de Contas de 2016**, que foi **aprovado por maioria** com dezasseis votos a favor do GMM, catorze votos contra do PPD/PSD e nove abstenções sendo três do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

--- Antes da apresentação do Ponto três, a 2ª Secretária da Mesa Nélia Maria V. Aguiar, foi substituída pelo Deputado Municipal Américo João da Silva Dias. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** por indicação do Senhor Presidente da Câmara voltou a dar a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** para a apresentação do **Ponto Três - 2ª Revisão ao Orçamento – Ano Económico de 2017, em observância da al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013 de 12/09** começando este por expor: "Esta é a 2ª Revisão Orçamental que inclui o Saldo de Gerência do exercício que acabamos de apreciar e votar no ponto anterior. -----

Portanto, estamos aqui a acrescer ao Orçamento de 2017 o montante de 2,9 milhões de euros do Saldo de Gerência, o montante de 12 mil euros do PCT-MAC, 10 mil euros do IVA de retorno da liquidação, 1 milhão 238 mil euros dos juros de mora que foram pagos à Câmara do Funchal no início do ano pela Autoridade Tributária, que inicialmente julgávamos que tinha de ser classificado como IMI, no entanto, veio uma nota da DGAL a esclarecer que deve de ser inscrito como juros de mora e 2,8 milhões de euros referente à indemnização que foi atribuída por direito de expropriação ao Município do Funchal da Praça da Autonomia. -----

Em relação às despesas que concomitantemente foram também inscritas, posso dizer que

foram inscritas as obras sugeridas a contrato-programa que passaram do montante não definido para definido, portanto serão com estes montantes que serão efetuadas essas obras. -----

E ainda serão efetuados algumas outras obras, nomeadamente pavimentações, requalificação do Cais do Carvão, etc., como aí está elencado." -----

- **INSCRIÇÕES:** -----

**1 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP** pediu esclarecimento, reforçando o que o Senhor Vereador já tinha sublinhado na intervenção anterior que é relativamente ao saldo de gerência, o Senhor Vereador terá de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara então, que na intervenção anterior à sua relativamente à questão do Caminho do Lombo dos Aguiares em que a placa diz 2016 e que eram 80 mil euros, então a resposta já foi enunciada por V. Exa que tem um saldo de tesouraria positivo de 2 milhões de euros que transita para o ano económico de 2017 e essa obra poderia estar contemplada no ano económico de 2016 e não para 2017, como o Senhor Presidente da Câmara acentuou na sua intervenção. -----

Poderia transmitir-me qual a razão de haver 3 milhões de euros do saldo de um ano para outro, em que há nitidamente opções de investimento em ano de eleições autárquicas e se corrobora ou não com o Senhor Presidente da Câmara que facto transitou essa obra para 2017 porque não tinha verbas disponíveis em 2016, essa placa de facto está lá e diz que são 80 mil euros que estava previsto gastarem nas obras e não gastaram e agora vão fazer a obra em 2017. -----

Se acha isto do ponto de vista não técnico mas político correto? E se eventualmente em futuras ocasiões se tiver oportunidade de em reuniões de Câmara de defender essa área, se houver dinheiro e há para o fazer, deveria de ser no ano económico corrente e não transitar para outro. É uma questão de estratégia e do ponto de vista de gestão e não do

*Paulo Beltrão*  
*X. J.*

ponto de vista de opção política para o calendário eleitoral, se acha isto correto ou não senhor vereador, gostaria de saber a sua opinião porque o Senhor Presidente da Câmara enunciou aqui que de facto não tinha verbas para complementar essa obra e era 80 mil euros no Caminho do Lombo dos Aguiares que ia aumentar a qualidade de vida dessas pessoas. E mais uma coisa é que não retiraram a placa, está à vista de toda a gente que visualiza que a Câmara não fez nada e que agora de facto vai asfaltar essa zona em ano de Eleições Autárquicas. -----

**2 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** fez pedidos de esclarecimento, porquê um aumento de 100% em vestuário e artigos pessoais? Porquê um aumento de 25% em encargos das instalações? Porquê um aumento na rubrica instalações de serviços? E por último parece-me existir aqui na redistribuição de um valor tão grande pouca ambição no que diz respeito à construção de obra física, mas isso poderá ser uma opção política. -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** a primeira questão que se reveste com os 3 milhões de euros do saldo de gerência, isto deve-se ao facto do Município no final do ano ter em caixa dinheiro que não consegue fazer todo o procedimento de obra para poder gastá-lo até ao final do ano, se se recorda no final do ano passado nós amortizamos um conjunto de empréstimos precisamente porque é fácil amortizar empréstimos, ao contrário lançar um procedimento concursal demora um tempo superior e quando recebemos a última tranche do IMI em dezembro, nós não temos tempo para lançar uma obra com toda a tramitação que ela exige. -----

E isto não é novidade, não é por ser ano eleitoral, posso-lhe dizer que em 2011 transitou um saldo de 1,2 milhões de euros, em 2012, 1 milhão e meio de euros, em 2013, 3 milhões de euros, em 2014, 1,8 milhões de euros, no ano passado, 1,6 milhões de euros e este ano 3 milhões de euros. Portanto isto acontece normalmente, dependendo também se o Natal

e o Fim do ano calha em dias úteis, e tenhamos pouco tempo desde que seja feita a transferência até ao pagamento de um conjunto de faturas, haja esse tempo para os serviços o poderem fazer, se não houver tempo, transita para o ano seguinte no saldo de gerência porque o corte das operações é feito à meia-noite do dia 1 de janeiro. Portanto o saldo de gerência não é uma opção política deixar este saldo de gerência eu gostaria de passar o ano com zero, como disse o deputado Carlos Rodrigues, e bem, o dinheiro que nós temos é para aplicar na Cidade, não é para distribuir pelos acionistas, podemos distribuí-lo indiretamente com a redução da carga fiscal, de qualquer das formas se isto passa é porque não houve oportunidade de aplicá-lo. -----

Em relação a essa obra que falou, ela está incluída no pacote de pavimentações que já foi adjudicado em fevereiro deste ano e nós temos que cumprir com um requisito que é o não fracionamento da despesa. Se eu sei que vou pavimentar 10 estradas eu não posso lançar uma obra para cada estrada, tenho que juntar as obras da mesma natureza e lançar só um concurso público. Porque caso contrário fica na arbitrariedade de quem está a decidir porque o preço fica tão baixo que me posso furtar em termos de contratação pública ao concurso público. Por isso o Tribunal de Contas aconselha a que se junte obras da mesma natureza e lancemos um concurso público só, foi isso que foi feito com a obra do Lombo dos Aguiares que está incluído neste pacote que está a aguardar o visto do Tribunal de Contas. -----

Em relação às questões colocadas pelo deputado Carlos Rodrigues, o aumento do vestuário, nós temos EPIS que foram adquiridos o ano passado, já esgotamos o plafom num conjunto de EPIS – Equipamentos de Proteção Individual, e havia um orçamento solicitado pelos serviços de Segurança e Saúde no Trabalho provenientes também da auditoria que temos agora com os Serviços de Saúde no Trabalho que tem feito também um trabalho a todos os níveis exemplar com os nossos trabalhadores, identificaram esta

Paulo Beltrão  
V. [assinatura]

necessidade que não estava previsto inicialmente no orçamento, portanto inscrevemos um conjunto de EPIS. -----

Encargos com as instalações tem que ver com a iluminação, com a água, com a manutenção de todas as instalações e instalações de serviços que são algumas obras que estamos a fazer neste edifício e vamos fazer também no edifício da SocioHabitaFunchal e no nosso armazém que foram aqui incluídas nesta Revisão Orçamental. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU** interveio: “Esta 2ª Revisão ao Orçamento de 2017 resulta de um saldo de Gerência e de um acréscimo de receitas várias, que totalizam mais de 7 milhões de euros. -----

Analisando estes dados, consideramos que estão reunidas um conjunto de condições para a Câmara Municipal do Funchal reforçar o investimento em algumas áreas essenciais, nomeadamente na vertente da habitação, tal como constou da proposta de resolução apresentada pela CDU na sessão da Vereação. -----

Concretamente, na atual proposta de revisão estão inscritas algumas intervenções relacionadas com acessibilidade e intervenções na rede de saneamento básico que consideramos importantes, nomeadamente e, no que concerne à rede viária, a nova acessibilidade à Vereda da Cova, com ligação à Estrada Comandante Camacho de Freitas e o alargamento da Vereda do Calhau, ambas na freguesia de São Roque, que constituem reivindicações antigas e que constaram das propostas para investimento apresentada pela CDU. -----

Embora tenham surgido algumas questões à volta de verbas inscritas nesta proposta de revisão, tal não nos impede de viabilizar a mesma.” -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Três - 2ª Revisão ao Orçamento – Ano Económico de 2017, em observância da al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013 de 12/09** à votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria** com dezoito

votos a favor, sendo quinze do GMM, três do PCP/PEV-CDU e dezasseis abstenções sendo onze do PPD/PSD, duas do CDS/PP e três dos Deputado Independentes. -----

--- Não havendo declarações de voto o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que a passou à **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes** para apresentar o **Ponto Quatro - Alteração do Mapa de Pessoal para o Ano de 2017, em observância do disposto na al. o) do nº1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, a qual enunciou que aquele Mapa de Pessoal é uma adequação à Lei de Orçamento de Estado, que permitiu a Mobilidade entre Carreiras e a Mobilidade Intercategorias. -----

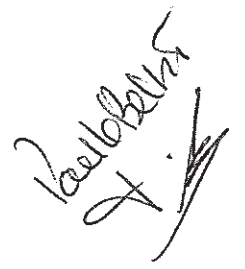
E que também, decorrente dos concursos que tem havido, aproveitaram a oportunidade para fazer uma gestão do Mapa de Pessoal. -----

--- Não havendo inscrições o Senhor Presidente da Assembleia passou à **votação do Ponto Quatro - Alteração do Mapa de Pessoal para o Ano de 2017**, em observância do disposto na al. o) do nº1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria** com dezassete votos a favor, sendo catorze do GMM, três do PCP/PEV-CDU e dezassete abstenções sendo doze do PPD/PSD, duas do CDS-PP e três dos Deputados Independentes. -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

**1 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD o PSD** absteve-se nesta votação pela simples razão de que não pode estar contra as alterações que decorrem do orçamento de estado e que como disse a Senhora Vereadora justificam só por si a alteração do mapa de pessoal, mas gostaria de referir que em relação à gestão do quadro de pessoal, nós consideramos que a mesma a ter sido feita apenas no último ano de mandato tem laivos de eleitoralismo. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, por indicação do Senhor Presidente da Câmara,



voltou a dar a palavra à **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes** para apresentar o **Ponto Cinco - Designação dos Júris de Recrutamento dos Cargos de Direção Intermédia de 2º Grau, Chefe de Divisão de Sistemas de Informação, Chefe de Divisão de Conservação da Natureza e Recursos Naturais e Chefe de Divisão de Juventude, Desporto e Envelhecimento Ativo, em observância do nº 1 do art.º 13º da Lei nº 49/2012 de 29/08** que começou por transmitir que também decorrente da Lei do Orçamento de Estado, foi possível não terem aquela limitação de número de dirigentes, pelo que duas das divisões que estavam sem dirigentes, que era a Divisão de Juventude, Desporto e Envelhecimento Ativo, assim como a dos Recursos Naturais, foi agora possível fazer essas nomeações e depois dar provimento a esses dois cargos. -----

Por outro lado, também aproveitaram aquela oportunidade para voltarem a fazer o concurso da Divisão de Sistemas de Informação, porque o concorrente vencedor do concurso anterior, por razões diversas não aceitou o cargo, pelo que foram nomeadas três pessoas em regime de substituição. -----

--- Após esta apresentação e não havendo inscrições, o Senhor Presidente passou à votação do **Ponto Cinco - Designação dos Júris de Recrutamento dos Cargos de Direção Intermédia de 2º Grau, Chefe de Divisão de Sistemas de Informação, Chefe de Divisão de Conservação da Natureza e Recursos Naturais e Chefe de Divisão de Juventude, Desporto e Envelhecimento Ativo, em observância do nº 1 do art.º 13º da Lei nº 49/2012 de 29/08**, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria** com dezassete votos a favor, sendo catorze do GMM, três do PCP/PEV-CDU e dezassete abstenções sendo doze do PPD/PSD, duas do CDS-PP e três dos Deputados Independentes. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Seis - Reposição do Subsídio de Insularidade aos**

trabalhadores em funções públicas da Câmara Municipal do Funchal, em observância do disposto no nº 2 do art.º 59 do Decreto Legislativo Regional nº 42-A/2016/M (Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2017), tendo o mesmo prescindido da sua apresentação. -----

--- Antes do Senhor **Presidente da Assembleia** passar à votação daquele Ponto, os **Senhores Deputados Municipais Donato Paulo Vares Macedo**, Independente, e **Sérgio Juvenal Jesus Abreu** do GMM, indicado pelo PS, ausentaram-se da sala não participando da votação nem da discussão do mesmo. -----

**- INSCRIÇÕES:** -----

**1 – O Senhor Deputado Municipal Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues, do PCP/PEV-CDU** expôs o seguinte: “Esta proposta de reposição do subsídio de insularidade mereceu total aprovação. Aliás, esta questão constava já de uma proposta apresentada pela CDU na Câmara Municipal do Funchal com o objetivo de valorizar e dignificar os trabalhadores da autarquia. -----

Trata-se de uma medida que consideramos justa e que se insere naquilo que consideramos como a reposição de direitos e de rendimentos aos trabalhadores e às suas famílias, pelo que merece a nossa aprovação.” -----

--- Passando à votação do **Ponto Seis - Reposição do Subsídio de Insularidade aos trabalhadores em funções públicas da Câmara Municipal do Funchal, em observância do disposto no nº 2 do art.º 59 do Decreto Legislativo Regional nº 42-A/2016/M (Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2017)**, o mesmo foi **aprovado por unanimidade** com trinta e um votos a favor, sendo doze do GMM, doze do PPD/PSD, dois do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU e dois dos Deputados Independentes. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, novamente por indicação do Senhor Presidente da Câmara, voltou a dar a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva**



Paulo Belbó

Gouveia, para apresentar o **Ponto sete - Alteração do prazo revisto no nº 2 do art.º 19º do Regulamento Geral das Taxas, Outras Receitas e Licenças Municipais, em observância do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09** tendo o mesmo explanado: "Esta proposta que foi aprovada em reunião de Câmara e trazida aqui para aprovação, porque é competência aqui da Assembleia, visa dar mais 2 meses para o Pagamento das Taxas de Publicidade, que normalmente devem de ser pagas até ao final do mês de março. -----

Mas, estamos aqui a propor que sejam pagas até ao final do mês de maio, exceccionalmente este ano, uma vez que alteramos o módulo de publicidade em janeiro e alguns comerciantes só tiveram cerca de 15 dias para pagar, desde a data de recebimento dessa fatura até à data de pagamento. -----

Como tal, propomos mais 2 meses porque achamos que é tempo suficiente para o pagamento das referidas Taxas." -----

--- Não havendo debate sobre este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou-o à votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade** com trinta e três votos a favor, sendo catorze do GMM, onze do PPD/PSD, dois do CDS-PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

--- Depois o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Dra. Ana Paula Lino, Presidente da Comissão de Proteção de Jovens e Crianças do Funchal**, para apresentar o **Ponto Oito - Relatório Anual de Atividades referente ao ano 2016, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal, em observância do disposto no nº 2 do art.º 32º da Lei nº 147/99 de 1/09** a qual se transcreve: "A apresentação vai ser muito breve e vou dividi-la em três partes. -----

Na primeira parte irei falar no que é a Comissão e o seu funcionamento, na segunda parte irei falar nos números, ou seja, na nossa realidade e na terceira parte irei apresentar

também de uma forma muito breve, as ações e os projetos que foram desenvolvidos durante o ano de 2016. -----

Eu penso que é do conhecimento geral que as Comissões são Instituições Oficiais, não Judiciárias, com autonomia funcional e que visam promover os direitos das crianças e jovens e pôr termo às situações de perigo que podem afetar a segurança, o desenvolvimento, a educação e a sua formação. -----

As Comissões regem-se por uma Lei que é a Lei 147/1999, de 1 de setembro, e que foi alterada recentemente pela Lei 142/2015, de 8 de setembro. -----

As Comissões dependem da Comissão Nacional de Promoção e Proteção e têm o apoio logístico dos Municípios. -----

Em termos de Recursos Humanos, o Município do Funchal, para além de assegurar todo o apoio logístico à Comissão do Funchal, disponibiliza dois Técnicos e três Assistentes Técnicos. -----

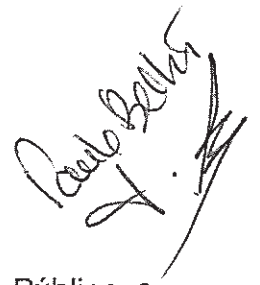
A promoção dos direitos e proteção das crianças compete às entidades de primeira linha. Vamos imaginar uma pirâmide em que a base são as famílias e as entidades com competência em matéria de infância e juventude, a seguir vão-se posicionar as Comissões e a seguir os Tribunais. Portanto, compete às entidades que estão na base da pirâmide, proteger estas crianças, quando essa proteção não é assegurada passará então à responsabilidade das Comissões e posteriormente à responsabilidade dos Tribunais. -----

A constituição da CPCJ do Funchal funciona em duas modalidades, a Alargada e a Restrita. Quais são as competências destas duas modalidades? -----

- A modalidade Alargada, aposta na informação à comunidade sobre os direitos das crianças e dos jovens. -----

Promove ações no âmbito da prevenção. -----

É composta por vários representantes de várias entidades: Município, a Segurança Social,



a Educação, a Saúde, as IPSS, as Associações de Pais, a Polícia de Segurança Pública, o Emprego e a Formação Profissional, as Associações Desportivas, Culturais e Recreativas, o Instituto da Juventude, a GNR, quatro pessoas designadas pela Assembleia Municipal e cinco elementos cooptados. Portanto, a Comissão é composta por vinte elementos. -----

- A modalidade Restrita é composta por onze elementos. -----

Quais são as funções da modalidade Restrita? -----

- Atender e informar as pessoas que se dirigem à Comissão, proceder à instauração de processos de promoção e proteção, solicitar pareceres às entidades de primeira linha e informar a Comissão Alargada sobre os processos iniciados e o andamento dos mesmos. Destaco aqui também toda a responsabilização, empenho e dedicação de toda a equipa. Também é importante dizer que todas as decisões relativas a cada criança, são tomadas em equipa, decididas e deliberadas as medidas mais adequadas e os encaminhamentos mais corretos. -----

Destaco também o carácter reservado de cada processo de promoção e proteção, porque todas as crianças têm direito à sua privacidade e é nosso objetivo protegê-las. -----

Destaco também a excelente articulação com todas as entidades de primeira linha. Não trabalhamos sozinhos e quero destacar esta excelente articulação. -----

E agora tendo por base o Relatório de Atividades, vou fazer uma breve caracterização processual: -----

- Nós tivemos 695 processos de promoção e proteção, dos quais 337 são transitados do ano anterior, 260 foram instaurados novos e 98 processos foram reabertos. -----

- Foram arquivados em fase preliminar 50, em fase pós preliminar 385, enviados para outras Comissões 8. O que perfaz um total de 252 processos no ativo a 31 de dezembro de 2016. Isto traduz-se em 252 crianças e jovens acompanhados e as suas respetivas famílias. ----

- Relativamente às crianças e jovens em situação de perigo acompanhados por sexo e faixa

etária, salientamos que se destaca o género masculino e que se destaca a faixa etária dos 15 aos 21 anos. -----

- As situações de perigo mais sinalizadas à Comissão foram absentismo e abandono escolar. A criança ou jovem assume comportamentos que afeta o seu bem-estar e o seu desenvolvimento, sem que os Pais se oponham de uma forma adequada. -----

E a negligência, está diretamente relacionada com a falta de supervisão familiar e a falta de acompanhamento familiar. -----

Estas situações de perigo estão diretamente relacionadas com três dimensões. A dimensão individual, na qual nós destacamos crianças com baixa autoestima, com problemas de comportamento em contexto escolar e familiar, crianças que muitas vezes apresentam problemas de saúde, crianças e jovens pouco envolvidos e motivados para a escola e jovens que muitas vezes apresentam também consumos de substâncias. -----

Depois tem outra vertente que é a nível sócio familiar e aqui destacamos famílias efetivamente desestruturadas, situações de violência doméstica entre os progenitores e graves problemas no que diz respeito à regulação das responsabilidades parentais. Portanto, há constantes desentendimentos entre os progenitores em que a criança passa a ser como que uma bola de pingue-pongue, famílias cansadas que não conseguem lidar com os filhos e têm algumas dificuldades em impor regras e limites e também fracas competências parentais. -----

Depois a nível comunitário, apontamos alguma insegurança, instabilidade económica e insuficiência de suportes e respostas sociais curriculares e profissionais por parte da comunidade. -----

Quais são as entidades que mais sinalizam à Comissão? -----

- No ano de 2016, destacamos os Estabelecimentos de Ensino como é óbvio, se a problemática mais sinalizada é o absentismo e o abandono, é óbvio que sejam as escolas

Paulo Beltr  
A. S.

a sinalizar mais essas situações à Comissão. -----

Depois o Ministério Público e as Autoridades Policiais. -----

Quais foram as medidas aplicadas? -----

- As medidas aplicadas foram 328 de apoio junto dos Pais, e eu realço aqui que faz parte de um princípio orientador da nossa intervenção, manter a criança no seio familiar e foram aplicadas apenas a 20 crianças a medida de acolhimento residencial. Portanto, a criança foi acolhida numa residência, e aqui destaco também a faixa etária dos 15 aos 17 anos. --  
Relativamente aos processos que foram remetidos para o Tribunal, os mesmos são remetidos para o Tribunal por incumprimento do acordo por parte do jovem ou por parte da família, ou por não consentimento dos progenitores ou de quem tem a guarda, ou porque durante o processo de promoção e proteção os pais ou o jovem se opõem à deliberação da medida. -----

Então, foram remetidos no ano de 2016 para o Tribunal, 135 processos de promoção e proteção, dos quais se destaca 71 por não consentimento ou retirada do consentimento dos progenitores. -----

Foram enviados para o Tribunal 32 processos de promoção e proteção por incumprimento do acordo de promoção e proteção por parte do jovem ou por parte dos progenitores, e 32 foram também remetidos para o Tribunal por outras situações, nas quais saliento a aplicação de alguns procedimentos de urgência e de indisponibilidade de meios para aplicação da medida. -----

Relativamente ao último ponto que tem a ver com os projetos e com as ações que foram desenvolvidas no ano de 2016, destaco o Projeto "Tecer a Prevenção", que por orientação da Comissão Nacional, a Comissão do Funchal está a desenvolver. E o objetivo deste projeto é apostar na prevenção e apresentar um plano estratégico de prevenção do risco e do perigo. -----

Portanto, o resultado final será um plano local de promoção e proteção dos direitos de crianças e jovens que está agendado para ser apresentado no dia 20 de novembro. -----

Destaco também que a Comissão divulgou junto da comunidade escolar o seu funcionamento através de várias ações de sensibilização. -----

Destaco as ações que se desenvolveram no âmbito do mês da prevenção, que é o mês de abril, por isso os Comissários têm um laço, e é nesse sentido que estamos a assinalar esta data. E no mês de abril de 2016 destaco também ações que se desenvolveram nas Escolas Profissionais e nos Centros Comunitários do Município abordando a temática “A violência no namoro”. -----

Dentro também da campanha Laço Azul, foram desenvolvidas algumas ações em colaboração com as entidades de primeira linha e com o Município: colocação de Laços Azuis para assinalar esta data, o Município esteve durante o mês de abril com luz azul e foram passados slogans nos painéis digitais da Cidade, para que a comunidade seja alertada que é importante apostar na prevenção. -----

Foram realizadas também algumas ações de sensibilização a grupos de formação parental no Centro Comunitário de São Martinho. -----

O Grupo da Comissão participou em workshops, tendo por base sempre a promoção e a proteção dos direitos das crianças. -----

Foi divulgado um concurso de literatura infantojuvenil pelos estabelecimentos de ensino do Concelho. -----

Participamos também no Encontro Nacional e na Mostra da Prevenção. -----

Foi organizada uma Conferência no Teatro Municipal Baltazar Dias com o tema “Prevenir, proteger e crescer em contexto familiar”. Esta Conferência foi destinada aos Técnicos da área social. -----

Participamos também no Encontro Radical em São Vicente e foi também assinalada a data



da Comemoração da Convenção dos Direitos da Criança. -----

Estas ações foram desenvolvidas sempre com o objetivo de valorizar que a prevenção é muito importante, há que consciencializar a comunidade para o seu papel no âmbito da prevenção e é importante também, promover nas famílias o exercício de uma parentalidade positiva, sem recorrer à violência física e à violência verbal. -----

É importante proteger as nossas crianças e as suas famílias. -----

Todos sabemos que as crianças são o futuro. -----

É importante tomar conta delas porque a infância, segundo o Juiz Conselheiro Armando Leandro, *a infância não se repete.* -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** no pressuposto que aquela apresentação será alvo de comentários e questões, pediu a colaboração da Senhora Dra. Ana Paula Lino para responder aos mesmos. -----

- **INSCRIÇÕES:** -----

**1 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** pediu para falar antes da vereação porque por motivos inadiáveis terá de se ausentar da sala, não havendo objeção por parte da Vereação o Senhor Presidente da Assembleia deu-lhe a palavra. -----

O mesmo começou por agradecer a disponibilidade prestada pela Vereação e depois dirigindo-se à Presidente da Comissão de Proteção de Jovens e Crianças do Funchal, disse o seguinte: “Apenas uma palavra para agradecer o trabalho que a Comissão, na sua pessoa, desenvolve junto talvez de uma das faixas etárias que quem em conjunto com a terceira idade, são aquelas que são mais vulneráveis com uma importância extrema para toda a sociedade e que infelizmente, por devidas e múltiplas circunstâncias é de facto muitas vezes mais afetada. -----

Agradecer porque é um trabalho valoroso, agradecer porque é um trabalho corajoso,

agradecer porque é um trabalho importante e especialmente porque as dificuldades e os problemas que surgem devem exigir uma disponibilidade por parte de todos aqueles que estão envolvidos neste acompanhamento, que eu acredito que obriga a ter uma grande dose vocacional para exercer esse papel, tal como outras atividades profissionais, mas é daquelas, porque eu imagino o nível e o tipo de problemas que devem surgir e as alegrias que os sucessos trazem em conjunto com as deceções que os fracassos também devem existir e podem ocorrer. -----

Para terminar em nome do PSD queria agradecer esse trabalho que tem sido desenvolvido e dar também uma palavra de apoio, para que o mesmo trabalho possa ser feito pelo menos nos moldes que aqui foram apresentados e se possível e quando possível, que tenham mais sucessos do que fracassos, de preferência zero fracassos”. -----

--- Depois foi dada a palavra à **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes**, que disse: “Eu sempre que tenho oportunidade de usar a palavra no âmbito da CPCJ Funchal eu faço. E faço porque considero que o devo fazer porque é uma forma de dar mais visibilidade não só às questões anunciadas, não só às crianças e aos jovens mas também ao trabalho que é feito pela CPCJ Funchal, por isso regozijo-me pela presença da Dra. Ana Paula Lino que eu conheci quando entrei nesta Câmara e com quem vou trabalhando sempre em conjunto, foi um grande prazer e é um grande prazer acompanhar sempre o trabalho da vossa equipa toda. -----

Nós somos uma Cidade que trilha os caminhos para seguir e para operacionalizar os valores da UNICEF e da Defesa dos Direitos das Crianças, e é um trabalho que tem mesmo que ser feito em conjunto por todos os organismos públicos, privados, pelas pessoas individualmente porque as crianças impõem-nos esta visão e acho que a Dra. Ana Paula Lino frisou bem essa questão, porque a CPCJ trabalha mesmo por obrigação mas também por acreditar nesta lógica das parcerias. -----



Paula Paula  
F

Uma coisa que a mim me preocupa muito ainda ao ler este Relatório, é verificar que a negligência e que os casos de violência doméstica continuam a ter um protagonismo, infelizmente, conducente depois a distúrbios que provocam um mal-estar às crianças e está provado que depois as afetam constantemente em termos emocionais e psicossociais também na vida adulta. -----

É também muito preocupante, na minha opinião, verificar que o abuso sexual e que a pornografia são já problemas bem identificados neste Relatório, aqui nesta Cidade. E por isso é muito bom perceber que a CPCJ Funchal tem crescido muito em termos de abertura e de estabelecimento de parcerias muito variadas, focando-se no apoio às crianças e aos jovens em diferentes âmbitos, mas sempre também no âmbito da família, uma forma de conseguir uma intervenção pedagógica que ajude as crianças a ultrapassarem essas dificuldades e a construírem-se como cidadãs e como cidadãos felizes e responsáveis, e no mínimo possível não atingidos pelas barbaridades que lhes acontecem quando são crianças. -----

É também cada vez mais visível esta questão e esta perspetiva que tem sido sempre levada a cabo e que eu tenho sentido e que tem vindo num crescer que é a do trabalhar na prevenção, trabalhar a questão dos afetos, trabalhar a questão de sermos contra os maus tratos e como podemos evitar estas situações e ajudar as famílias também a ultrapassarem essas dificuldades. -----

Eu gostava de dizer que este envolvimento da sociedade civil que tem sido muito grande, e ainda ontem a Dra. Ana Paula me mandava um email a dizer que tinha sido um sucesso no Estádio do Clube Sport Marítimo na semana passada, a sensibilização a que o público teve acesso, que os treinadores e a direção do Marítimo também foi muito sensível e os próprios treinadores da equipa adversária. Portanto houve a possibilidade de trazer para o centro daquele Estádio a CPCJ Funchal, as crianças e o combate contra os maus tratos. -

Este mês da Prevenção tem aumentado em termos de potencial as ações que têm sido desenvolvidas e eu gostava de convidar todos os Senhores (as) Deputados (as), a porem também o Laço Azul no dia 27 e a virem connosco numa marcha pelo centro da Cidade. E se repararem algumas lojas do centro da Cidade aderiram bastante, portanto temos conseguido fazer um trabalho transversal dentro da Câmara, nos diferentes departamentos da Câmara mas também junto da população e neste caso das pessoas, que estão e gerem as lojas, para esta questão dos maus tratos. É uma forma de envolvermos todos nós individualmente nesta luta, porque as crianças merecem. -----

Gostava também de vos dizer que a CPCJ faz parte integrante do nosso mecanismo de coordenação, que é um mecanismo que ajuda e planifica o trabalho das Cidades Amigas das Crianças. Nós fizemos um plano de ação local que enviamos, e a CPCJ fez parte integrante da construção desse plano de ação local que foi enviado, com a operacionalização dessas questões. -----

Desse mecanismo de coordenação fazem parte também crianças, porque elas têm direito à sua voz, à sua opinião e apesar da sua idade elas são cidadãs de pleno direito. -----

Acho que todos nós temos que nos envolver em projetos em que acreditamos e que nos podem ajudar a encontrar caminhos, que proporcionem a equidade e o acesso a uma vida melhor a todos nós e às nossas crianças em particular. -----

Eu não fico indiferente, este Executivo não fica indiferente, nós não brincamos com estes assuntos, nenhum de nós aqui nesta sala brinca com estes assuntos, porque as crianças e as pessoas o merecem". -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira, do PPD/PSD** também se pronunciou dizendo: "Sem ter falado com os meus pares enquanto elementos eleitos representando esta Assembleia Municipal, nomeadamente o Senhor Deputado Municipal Américo Dias, o Senhor Deputado Municipal Sérgio Abreu, eu própria

Paulo Belbáiz

e a Valentina que não tem assento nesta Assembleia, quero fazer um acrescento, porque me parece importante que enquanto elementos representantes da Assembleia Municipal do Funchal na Comissão Alargada, o nosso trabalho e de todos os elementos que a constituem, é pro bono. Acho que isso é importante em termos sociais e em termos de difusão que esta Assembleia pode fazer em relação à CPCJ". -----

--- Depois o **Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** interveio dizendo: "Este é um trabalho de todos, que é um esforço coletivo, que é um esforço interdisciplinar e interministerial e de todo o Município, que infelizmente na Região Autónoma da Madeira é um trabalho mais árduo porque as taxas de abandono em idade escolar são realmente muito significativas, e temos muito trabalho a fazer principalmente com crianças institucionalizadas. -----

Nós vivemos numa sociedade que muitas vezes escondemos os problemas dos mais frágeis, das crianças, dos idosos, dos sem-abrigo e dos excluídos socialmente. -----

Sobre a questão da apresentação deste relatório, eu não podia deixar de fazer duas ou três referências para que esta Comissão viva com mais estabilidade e que a verdade seja dita nesta Assembleia Municipal, e como eleito pelos funchalenses tenho o dever e a obrigação de assim o fazer. -----

Primeiro quando foi aqui a apresentação do Relatório, esta Assembleia e muito bem, mesmo que no passado recente a Vereadora que tinha esta tutela apresentasse este Relatório, mesmo que neste três últimos anos tenha sido a Vereadora a apresentar, achou-se bem três anos depois, a requerimento de um grupo municipal, o adiamento dessa apresentação, concordamos e elogiamos o trabalho da CPCJ do Funchal. -----

Aliás durante esse debate de adiamento e para que fosse alguém que representasse de forma legítima a CPCJ do Funchal, referi que este Relatório é Nacional e que houve alguns Deputados que acusaram a Comissão de ter um Relatório mal elaborado e este Relatório

é tipo para todos os Municípios. Foi um Relatório elaborado com o esforço de todos os seus elementos, o que era importante referir é que realmente existe alguns mecanismos e alguma funcionalidade e uma alteração da Lei da CPCJ a nível Nacional. -----

O que foi feito na última Assembleia Municipal, um requerimento para que ao abrigo do artigo 17º, alínea i) que era os membros desta Assembleia, o requerimento estava um pouco confuso mas deu-se esta evolução. -----

Estranho eu que numa reunião da CPCJ do Funchal a requerimento de um Deputado, fez-se uma votação em que se proibia a representante legítima da CPCJ de vir a esta Assembleia Municipal, ou seja, votou-se alguma coisa que era para silenciar a CPCJ de vir a esta Assembleia. E o único voto que se manifestou contra o silêncio da CPCJ, infelizmente foi o meu. -----

Aliás congratulo-me por essa evolução que depois obrigou a Presidente da CPCJ a ligar para todos os elementos que votaram pelo silêncio da CPCJ junto da Assembleia Municipal e a "pedir" autorização para cá vir e ainda bem que essa evolução assim se fez. -----

Logicamente que a CPCJ do Funchal terá que ter estabilidade, tem assuntos demasiados importantes e de natureza fundamental e importante para as crianças, que não pode ter atitudes de falta de coerência. -----

A CPCJ não pode ter falta de coerência em atitudes de alguns dos seus membros que podem prejudicar o seu normal funcionamento, espero que o vírus que o Conselho Municipal de Juventude apanhou com algumas instabilidades que não venha para a CPCJ e espero que no futuro as coisas funcionem com maior estabilidade e lucidez. -----

A CPCJ necessita de respostas mais eficazes principalmente da Segurança Social, a prevenção terá que ser mais eficaz e mais ativa e acima de tudo a prioridade terá de ser a promoção e a defesa dos direitos das crianças. -----

Aliás este Município tem apoiado em inúmeras atividades, estou a me lembrar, por

*David Belbén*

exemplo, o debate que fizemos com convidados a nível nacional, em que o Município e a Vereação empenhou-se para que a CPCJ o realizasse, e penso que estamos todos juntos e de acordo com uma plataforma de entendimento que o mais importante é a defesa e a promoção dos direitos das crianças e a eficácia desta CPCJ do Funchal". -----

--- **À Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira, do PPD/PSD** foi concedido o seguinte pedido de interpelação à Mesa: "Creio que foi afirmado logo desde o começo, e cabe-me recordar enquanto Comissária, que a Comissão é apolítica, apartidária e confidencial. -----

Este Relatório é um Relatório Nacional, o seu conteúdo pode ser divulgado, não tem qualquer problema, mas é a Senhora Presidente que fala pela Comissão. -----

Não quero estar aqui a repor a verdade ou inverdade, o menos dito ou mais dito, mas na reunião da Comissão Alargada em que este tema foi colocado e sobre quem poderia ali vir foi colocada à mesa, lida a lei e no cumprimento da lei e da Senhora Presidente foi nomeada a Senhora Presidente para dialogar e dizer quais eram as funções da Comissão, e exatamente porque todos os elementos da Comissão Alargada estão obrigados pela aceitação do cargo, à confidencialidade e retira a função de Deputado (a) Municipal passando a ser Comissário (a) na Comissão de Proteção a Crianças e Jovens do Funchal. E o que lá é dito, lá é dito, o que lá é afirmado, é afirmado, o que lá é votado, é votado, não pedimos a cabeça de ninguém, não mandamos ninguém para a prisão mas responsabilizamos quem de direito e quem pode falar. Não estou a tentar de maneira nenhuma denegrir, mas acho que alguém se excedeu nesta Sala a mais do que é devido. A informação é sempre bem-vinda mas sempre no local próprio, e não me lembro que esta Casa tenha perguntado alguma vez a algum dos Senhores (as) Deputados (as), quando colocados em situações similares o que é que se passava nessas Comissões e fazê-lo de viva voz. -----

Isso não está escrito na lei, isso pelo contrário está lá bem expresso que não é devido e quem pode falar pela Comissão é a Senhora Presidente, daí estar ela a o fazer. Tanto que nós dependemos de uma única entidade que é Nacional, portanto posso-lhe dizer que a votação, e permita-me o reparo, foi feita na qualidade de apolítica e apartidária, estávamos a representar cada uma das instituições em defesa do bem comum e do bem mais importante que é a Criança e o Jovem do Funchal. -----

Foi feita a votação e foi votada com uma abstenção e não com um voto a favor que seria só a Senhora Presidente a falar em nome da Comissão. -----

Portanto, a Comissão não quer ser silenciada, não é silenciada e não será nunca silenciada, mas será sempre através da Senhora Presidente que falará. -----

Era essa a informação que queria transmitir a V. Exa, porque eu penso que é importante para depois conduzir os trabalhos a seguir". -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que enquanto Presidente da Assembleia e seguindo o que tinha sido ali deliberado, se limitou a contactar a Senhora Dra. Ana Paula Lino. -----

Por isso o modo como posteriormente e internamente a CPCJ decidiu designar o seu representante para ali estar, é algo que extravasa a sua competência e a competência da Assembleia, como tal todas as questões que acabaram de ser levantadas, eventualmente terão de ser esgrimidas e tratadas no seio da mesma. -----

Assim, o que é importante naquela Assembleia é analisarem o Relatório e focarem-se no teor do mesmo. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlinda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU** também se pronunciou dizendo: "Em primeiro lugar tenho que dar os parabéns pelo trabalho que a Comissão tem feito, na pessoa da Senhora Presidente que aqui veio apresentar o relatório à semelhança daquilo que tem acontecido até em anos anteriores. -----



Em relação à apresentação deste relatório, acho que é uma coisa que é unânime a todos que é a proteção das crianças e jovens e infelizmente há aqui dados que nos devem preocupar a todos. -----

Mas o motivo que me levou a pedir a palavra não teve a ver com a apresentação do relatório, nem com algumas das questões que nós devemos todos acompanhar enquanto cidadãos preocupados com as nossas crianças e jovens. -----

Mas acima de tudo, pela forma como aqui foi colocada e pela forma como foi feita a intervenção do Senhor Deputado Sérgio Abreu, porque até demonstra alguma falta de respeito e consideração pela Senhora Presidente da Comissão que aqui veio apresentar, pura e simplesmente o relatório. -----

E há questões que foram tratadas na anterior Assembleia Municipal, que se de forma errada foram colocadas, e aqui o Senhor Deputado Sérgio Abreu também colocou a forma errada como se houvesse uma tentativa de aproveitamento político, que nunca deveria haver numa questão tão particular e sensível como esta, em relação à forma como foi construído e apresentado o requerimento pelo CDS, mas isto nem sequer devia de ter sido aqui trazido, porque a Senhora Presidente disponibilizou-se a cá vir a apresentar o relatório. -----

Não importa a forma como foram feitas a apresentação dos outros relatórios, quer no Executivo anterior quer nos últimos três anos pela Vereadora que tem essa mesma responsabilidade, agora acho que é de uma falta de mau gosto e de falta de consideração pela Senhora Presidente, a forma como aqui foram colocadas as questões pelo Senhor Deputado Sérgio Abreu". -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** fez um repto à Assembleia, para que na prossecução daquele debate se tentem focar essencialmente no teor do relatório, que é o que justifica o agendamento daquele ponto. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal**

**Américo João da Silva Dias, do CDS-PP**, sendo o mesmo substituído na Mesa pelo Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, para prestar o seguinte esclarecimento: “Não ia prestar nenhum esclarecimento, mas vou fazê-lo porque foram levantadas aqui algumas questões que penso que nem sequer deviam de ter sido aqui trazidas. -----

A Senhora Deputada Rosa Oliveira e a Senhora Deputada Herlanda Amado, no fundo já disseram parte daquilo que eu ia dizer, porque eu neste momento estou a falar na qualidade de Deputado Municipal, não na qualidade de Comissário da Comissão Restrita e da Alargada e vou explicar aquilo que eu acho e que eu entendo que se passou e que se devia de ter passado e que não se devia de ter passado hoje. -----

Ao Senhor Deputado Sérgio Abreu tenho-lhe que dizer frontalmente, cara à cara e olhos nos olhos que o Senhor aqui tentou fazer um aproveitamento político desta situação desde a primeira hora, e porque eu me apercebi dessa situação, porque eu entendo tal como foi dito atrás que a Comissão de Proteção de Menores é uma entidade apartidária, e todos nós que integramos esta Comissão devemos nos despir das vestes partidárias que trazemos de trás e devemos integrar esta Comissão de corpo e alma. -----

Quando eu me apercebi desta tentativa velada de aproveitamento político fiz um requerimento no sentido de que seriam, eventualmente, se assim o quisessem fazer os Deputados desta Assembleia, que estão designados por ela para a representar na Comissão de Proteção de Menores, que teriam que falar sobre este relatório. -----

E agora vou-lhe dizer duas coisas, se isso acontecesse a única coisa que dizia a esta Assembleia é que o relatório que é feito pela Comissão Nacional é aprovado pela maioria dos Comissários da Comissão Alargada. -----

Portanto, não me cabia a mim nem a qualquer um Comissário aqui, nem a qualquer um Membro da Assembleia vir dirimir e vir discutir questões internas da Comissão, daí o meu





requerimento. -----

É lógico que eu não iria falar sobre o relatório, iria simplesmente dizer que o que estava decidido pela Comissão Alargada estava bem decidido, porque foi decidido por maioria dos seus membros, que são 20 da Alargada e 11 da Restrita. -----

E eu quero-lhe lembrar o seguinte, se não sabe eu vou-lhe ler a Lei 147/99 de 1 de setembro em que o artigo 32º diz o seguinte: “1 - As comissões de proteção elaboram anualmente um relatório de atividades..., 2 - O relatório é remetido à Comissão Nacional, à Assembleia Municipal e ao Ministério Público, até 31 de janeiro do ano seguinte àquele a que respeita..., 6 – A Comissão Nacional envia à Assembleia da República, até 30 de junho, o Relatório Anual de avaliação das CPCJ.”-----

Ou seja, nem a nível Nacional convocam o Presidente da Comissão Nacional para vir discutir o Relatório na Assembleia da República, portanto eu acho que era muito “cara de pau” estar a pedir a alguém que viesse aqui discutir o Relatório. -----

A Comissão Nacional, e vou cometer aqui uma inconfidência e peço à Senhora Presidente que me desculpe eu ter que dizer isto, foi o jurista, Dr. Paulo Macedo, da Comissão Nacional que sugeriu que viesse aqui a Presidente da Comissão apresentar o trabalho da Comissão, para que os Deputados Municipais ficassem a conhecer qual era o trabalho da Comissão no terreno e ponto final. -----

E é isso que eu acho que quem está nas Comissões, seja por designação política ou outras deve e mantém o seguinte, despir a camisola que trás detrás e trabalhar em prol da comunidade, mais concretamente das Crianças e Jovens”. -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente** que começou por agradecer a vinda e a apresentação da Senhora Presidente da CPCJ. Depois questionou-a se também existem pais que vão diretamente à Comissão pedir ajuda? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS-PP** interpelou a Mesa porque na sua opinião, a Senhora Presidente da CPCJ não poderá responder a questões políticas pois ela não se encontra ali nessa qualidade. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que quando for dada a palavra à Senhora Dra. Ana Paula Lino, não será imposta qualquer tipo de resposta, pelo que face ao que tudo ali ouviu a mesma irá tecer os comentários que livremente entender e que achar pertinentes. -----

---Depois foi dada a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM** que ripostou: “Mau gosto é não pensar nem ser livre e não ser verdadeiro, mau gosto é mentir, mau gosto é omitir e mau gosto é também não se preparar devidamente quando vamos a uma reunião da CPCJ. -----

Logicamente que eu referi em diferentes fóruns o artigo 32º e como é que se fazia esse relatório que é apresentado e não discutido. -----

Se eu fui eleito pelos funchalenses, preocupa-me alguém que impreparado faz um requerimento a dizer que os Deputados Municipais é que o vão apresentar, e é um direito legítimo que me assiste. -----

Estamos num país livre em que eu posso manifestar livremente as minhas preocupações e até os meus receios. -----

Eu não estive presente na elaboração do relatório, e não preciso de pedir autorização a ninguém para analisar este relatório, só se alguém está amarrado ao antigo regime, mas eu não tenho que pedir autorização a ninguém. -----

Preocupa-me que em 2015 nós tínhamos salas, gabinetes e que no ano de 2016 já não tenhamos as salas, preocupa-me que quando acaba uma reunião da CPCJ alguém dê indicações e queira ser treinador de bancada para a exteriorização partidária, porque há que respeitar a Lei, há que respeitar os mandatos. -----

*Paulo Beltrão*

E inclusivamente há falta de coerência aqui, isso sim é institucionalização que é querermos que aqui nesta Assembleia alguém venha apresentar, isso sim falta de mau gosto, isso sim falta de respeito chegar a esse mesmo órgão, não vai apresentar, porque falaram com o Dr. Paulo Macedo, porque foi o Dr. Paulo Macedo que disse: *não alto aí, porque a nível Nacional isso não acontece.* -----

Agora não posso é silenciar-me e calar-me para que estas atitudes criem instabilidade na CPCJ que tem questões mais importantes para tratar. Porque quem depois quer liderar as reuniões em voz alta e fazer votações para silenciar a CPCJ, certamente não sou eu e eu não estou com falta de memória, aliás a ata irá colocar que votei contra a não vinda, votei a favor a vinda do órgão próprio e não há problema da confidencialidade disso. -----

É porque nós estamos aqui a discutir questões importantes, mas nenhum de nós é parvo, ninguém que tente passar atestados de menoridade aos outros e muitíssimo bem todos nós reconhecemos as dinâmicas e alguns objetivos pessoais de cada individuo". -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira, do PPD/PSD** interpelou a Mesa dizendo: "Senhor Presidente da Assembleia enquanto Deputada Municipal e enquanto decorre a Assembleia Municipal do Funchal, e perante os meus pares independentemente dos Partidos que representam, é nessa qualidade que eu devo de me dirigir a esta Assembleia a interpelar o Senhor Presidente da Assembleia sobre este assunto. -----

A Presidente da Comissão, veio a esta Assembleia apresentar o Relatório de acordo com a Lei e com as palavras afirmadas dependemos a nível Nacional de uma entidade, trabalhamos em confidencialidade, portanto a única pessoa a quem eu me devo e posso dirigir. E, mais uma vez lhe solicito a compreensão para o decorrer dos trabalhos e para que o assunto não seja completamente despiciente e percamos a noção da riqueza que as crianças e os jovens do nosso País representam para todos nós. -----

Acho que o debate depende muito de V. Exa, pelo que eu volto a interpelar a Mesa no sentido de chamar a atenção para as considerações tecidas pela Senhora Presidente da Comissão, não impedindo nem cerceando a palavra a ninguém, a minha ligação em relação a esse assunto está na Senhora Presidente, sendo eu Comissária como outros colegas que estão aqui presentes, mas é na Senhora Presidente e só ela é que pode responder e é para isso que está avalizada a nível Nacional de acordo com a legislação". -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que na sequência da interpelação que a mesma fez anteriormente, fez o repto e volta a fazê-lo à Assembleia para que na prossecução do debate se cingissem ao teor do Relatório. -----

Porém, julga que ultrapassará as suas competências se se pronunciar e interromper o (a) Senhor (a) Deputado (a) sob o teor da sua intervenção, se ela não estiver a ser injuriosa, insultuosa e entrar por considerações de natureza desse tipo. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, do CDS-PP** voltou a manifestar-se dizendo: "Não reconheço ao Senhor Deputado Sérgio Abreu competência para me chamar mentiroso e que não era verdadeiro. Não lhe admito isso porque os meus valores são diferentes dos seus e eu pauto-me por critérios de verdade e de mais alguns. E quem mentiu foi o Senhor Deputado Sérgio Abreu e eu não vou estar aqui a trazer à Assembleia questões das quais o senhor não foi correto porque acho que não é o sítio próprio". -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Dra. Ana Paula Lino** que transmitiu: "Esclareço o Senhor Deputado Eduardo Welsh porque entendo que é uma questão técnica e que tem a ver com a apresentação do Relatório, e digo que sim, os Pais dirigem-se à Comissão, muitas vezes preocupados, principalmente com as crianças mais velhas porque já deixaram de ter regras, já não conseguem ter autoridade e portanto procuram a Comissão no sentido de pedir ajuda para que efetivamente a situação

*Paulo Beltrão*  
F.

de perigo seja removida, no entanto qualquer cidadão pode e deve denunciar uma situação de perigo. -----

Relativamente a todo o resto só quero acrescentar que eu apresentei o Relatório de Atividades e as dúvidas que possam surgir tem a ver com esta apresentação, também quero dizer que aquilo que se passa na Modalidade quer Restrita quer Alargada, tem carácter reservado e tem quem ser discutido no interior da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e não aqui, porque vocês são todos Deputados Municipais e têm outros assuntos mais importantes para discutir que não estes meandros do que aconteceu, do foi decidido, as deliberações são reservadas, sigilosas e ficam no interior da Comissão de Proteção". -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira, do PPD/PSD** interpelou novamente a Mesa dizendo: "Gostaria que ficasse registado muito claramente em ata, que em relação a este assunto foram dadas e prestadas todas as informações pela Presidente da Comissão de Proteção das Crianças e Jovens do Funchal. Mais, na situação de Comissária eleita por esta Assembleia e pelos diversos Partidos que a representam, sempre disse e de acordo com a Lei, quem pode prestar esses esclarecimentos é a Presidente quando se lhe é dirigido. -----

Se houver dúvidas dos Senhores Deputados em relação à Comissão, V. Exa providenciará recolhê-las e canalizá-las para a Senhora Presidente da Comissão que depois lhe dará o devido andamento. -----

Solicitava que em termos de ata foi feita a apreciação do Relatório das Atividades, ponto final. Não retirada a possibilidade a ninguém, não andamos na Comissão a trabalhar para esconder nada, nada é escondido, nada é omitido, nada é trabalhado e senti que pelo menos duas pessoas aleivosamente sugeriram que eventualmente não houvesse debate. O debate acontece nos temas em que a lei que assim o permite e a lei que rege as

Comissões não o permite. -----

Não é retirada a palavra nem o esclarecimento e ninguém nem a Comissão anda a fazer seja o que for". -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que as atas daquela Assembleia costumam tentar retratar o mais fielmente possível, tudo o que se passa no seio das mesmas e aquela não fugirá à regra. -----

Sobre a apresentação do Relatório pela Senhora Presidente Dra. Ana Paula Lino, disse que a mesma foi bastante elucidativa e completa, apresentando até outros aspetos que vão além do mesmo o que veio enriquecer mais ainda a referida apresentação. -----

Por isso, essa característica e qualidade da apresentação será retratada e exposta na ata que será feita na sequência daquela Assembleia, tendo como garantia as atas anteriores que julga ser unânime que realmente são, o mais humanamente possível, fielmente retratadas. -----

Concluiu, agradecendo a presença da Senhora Dra. Ana Paula Lino e a sua colaboração por ter-se prestado à apresentação do referido Relatório, julgando que todos dali saíram com uma perceção mais realista do mesmo e mais ricos, porque isso é que era o principal objetivo daquela discussão. -----

E importa todos nós enquanto agentes políticos, também ver nas crianças e na resolução dos seus problemas também uma das nossas prioridades de ação.

É este o meu repto e o meu voto para que assim seja no presente e no futuro. -----

Não havendo mais nenhuma questão deu então por concluídos os trabalhos. -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu-a por encerrada. -----

2

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada.

--- O Presidente da Assembleia, [Handwritten Signature]

--- A Primeira Secretária, [Handwritten Signature]

--- A Segunda Secretária, [Handwritten Signature]

--- Fui presente: Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Nélia Gonçalves  
1

